

CDU 316.334.55(812.1)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ESTUDOS BÁSICOS
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA**

O ROSTO RURAL DA IGREJA: A ATUAÇÃO DA CPT NO MARANHÃO 1976/1981

Wagner Cabral da Costa

Trabalho apresentado como requisito para
obtenção do grau de Licenciatura em História.

São Luís
1994

O ROSTO RURAL DA IGREJA: A ATUAÇÃO DA CPT NO MARANHÃO 1976/1981

Wagner Cabral da Costa

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Regina Helena Martins de Faria (Orientadora)

2º Examinador

3º Examinador

A meus pais

"Terei errado?"
Groo, o errante.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a pessoas e Instituições que colaboraram para a elaboração deste trabalho:

À Comissão Pastoral da Terra,

Aos amigos da CPT (Padre Flávio, Luís, Pedro e Faustino), pela leitura dos originais e pelas sugestões,

Aos amigos Catatau (João Henrique) e Bernardo, pela utilização do computador e pelas aulas grátis de computação,

A meus irmãos, George, Valter (Xuxu) e Adriana, pela colaboração em inúmeros momentos,

À Prof^a. Regina Helena Martins de Faria, pela orientação segura e amiga.

SUMÁRIO

	p.
1	INTRODUÇÃO 7
2	EX PERIPHERIA LUX ET SALUS ECCLESIAE! (DA PERIFERIA VÊM HOJE A LUZ E A SALVAÇÃO PARA A IGREJA) 9
2.1	O surgimento de uma nova Igreja 9
2.2	CEB's (Igreja Popular) e Teologia da Libertação 12
2.3	A criação da CPT: expressão da nova prática pastoral em relação ao campo 14
2.4	As tensões internas da Igreja 16
3	"PARA EVANGELIZAR OS POBRES E LIBERTAR OS OPRIMIDOS É QUE O PAI ME ENVIOU" (LUCAS 4,18-19): A CRIAÇÃO DA CPT NO MARANHÃO 18
3.1	Antecedentes do trabalho pastoral no campo maranhense 18
3.2	A criação da CPT no Maranhão: condições imediatas de seu surgimento 21
4	"EU OUVI OS CLAMORES DO MEU POVO": O PAPEL DE DENÚNCIA DA CPT 24
4.1	Transformações no campo maranhense 24
4.2	A CPT diante das políticas agrárias estaduais 28
5	"PORQUE O FILHO DO HOMEM NÃO VEIO PARA SER SERVIDO, MAS PARA SERVIR E DAR A SUA VIDA EM REDENÇÃO DE MUITOS" (MARCOS 10,45): OUTRAS PRÁTICAS DA CPT-MARANHÃO 34
5.1	Assessoria jurídica 34
5.2	Pesquisa e educação popular e sindical 35
5.3	Apoio à organização autônoma dos trabalhadores rurais 38
6	PROBLEMAS E DESAFIOS DA CPT NO MARANHÃO 45
6.1	As divergências internas da Igreja 45
6.2	A relação com o movimento sindical rural 47
6.3	A relação com os partidos políticos de esquerda 49
7	CONCLUSÃO 54
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 57

CDU 316.334.55 (812.1)

O ROSTO RURAL DA IGREJA: A ATUAÇÃO DA CPT NO MARANHÃO 1976/1981

Wagner Cabral da Costa

Análise do trabalho desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra no Maranhão. Discute-se a contribuição desta entidade para o avanço das lutas populares no campo, bem como as suas limitações e desafios.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico tem por objetivo estudar a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Maranhão. A CPT é uma entidade confessional, ligada à Igreja Católica, que exerce uma "função de serviço" junto aos trabalhadores rurais, em suas diferentes categorias (posseiros, agregados, pequenos arrendatários, pequenos proprietários). O seu trabalho se desenvolve em colaboração com as dioceses, paróquias e comunidades eclesiais de base (CEB's) da Igreja. Além de possuir uma organização a nível nacional, a CPT está organizada em todo o país, através de suas regionais.

A escolha do tema não foi ao acaso. Em outubro de 1993, fomos convidados pelo atual coordenador da CPT-Maranhão, padre Flávio Lazzarin, para organizar os dados coletados pela pesquisa "História da CPT", criada pela Assembléia Nacional da CPT em 1991. Aceito o convite, passamos os meses de outubro e novembro/1993 trabalhando na pesquisa, ocasião em que redigimos um primeiro esboço da "História da CPT no Maranhão, 1976/1981". A partir de então, amadureceu a idéia, estimulada por amigos e por nossa orientadora, de transformar aquele trabalho em monografia de conclusão de curso, ampliando o enfoque e aprofundando a discussão. Para concretizar tal idéia, discutimos tal possibilidade com membros do atual Secretariado da CPT-MA, que acharam importante a continuação da pesquisa, bem como se prontificaram a colaborar com a mesma. Assim, estabelecido o tema, trabalhamos nele durante os meses seguintes. O resultado desse esforço pode ser lido agora nesta monografia.

O projeto de pesquisa "História da CPT", elaborado pela assessoria da CPT-nacional e atualmente em curso nas suas regionais, apresenta dois objetivos principais: em primeiro lugar, fazer uma avaliação da trajetória da CPT desde sua fundação, procurando identificar, através das diferentes conjunturas, a identidade da CPT; em segundo, constituir-se em espaço de formação e autocrítica dos atuais membros da entidade, para que, à luz da análise histórica, eles possam aprofundar o seu compromisso de hoje. Para efeito de análise, a pesquisa estabeleceu a seguinte periodização: 1ª fase, de 1975 a 1981; 2ª fase, englobando o período 1981/1987; e 3ª fase, de 1987 até a atualidade. A nossa pesquisa abrangeu a primeira etapa, considerada como o momento de surgimento e consolidação da Comissão Pastoral da Terra no Maranhão. Assim, salvo breves incursões na fase posterior, esta monografia tem como marcos cronológicos o período acima mencionado.

Em termos de metodologia, a pesquisa pretende ser participativa, em que os próprios investigados estejam envolvidos e integrados no processo de produção do conhecimento. Contudo, limitações de tempo e de recursos impediram que a pesquisa se desenvolvesse desta forma. Assim, os depoimentos prestados à pesquisa, e fartamente utilizados no trabalho, foram depoimentos escritos, em resposta a um questionário enviado para membros da CPT espalhados pelo estado. Em virtude do primeiro questionário (elaborado pela CPT-nacional) ser por demais longo e exaustivo (o que gerou poucas respostas), optou-se por um questionário simplificado, o que permitiu que mais pessoas pudessem participar da pesquisa, emitindo suas opiniões. Visando amenizar esta dificuldade metodológica (mas não solucionar, o que se revelou impossível, no momento), foram enviadas cópias da primeira redação da "História da CPT no Maranhão" às pessoas que responderam aos questionários e a algumas outras mais, com o objetivo de suscitar discussões sobre o trabalho. As respostas que nos chegaram em forma de acréscimos, retificações e críticas foram incorporadas na redação desta monografia.

Assim, o universo de fontes de pesquisa ficou limitado aos depoimentos prestados e à consulta aos arquivos da CPT-MA (os quais são especializados em assuntos ligados à terra, sendo formados por recortes de jornais de circulação nacional e local). Além disso, foi selecionada uma bibliografia básica sobre o tema, a qual, para o leitor mais informado, certamente conterà lacunas importantes.

Pessoalmente, ficaremos satisfeitos se este trabalho cumprir, minimamente que seja, os objetivos propostos e puder contribuir para a reflexão crítica sobre as lutas dos trabalhadores rurais do Maranhão.

2 ***EX PERIPHERIA LUX ET SALUS ECCLESIAE ! (DA PERIFERIA VÊM HOJE A LUZ E A SALVAÇÃO PARA A IGREJA)***

O processo de renovação da Igreja Católica, a partir dos anos 50 e 60 deste século, é fundamental para entendermos a criação da CPT e sua postura decidida de apoio à luta dos trabalhadores rurais. Neste capítulo, tentaremos apreender este processo em suas linhas gerais.

2.1 **O surgimento de uma nova Igreja**

Secularmente comprometida com os interesses dos grupos dominantes, a Igreja experimentou nas últimas décadas um processo de renovação interna, no Brasil e na América Latina, que possibilitou a emergência de um novo modelo de Igreja: "Igreja a partir dos pobres", na expressão de teólogos. Esta renovação está ligada às condições históricas globais em meados do século na América Latina, que viu aprofundada sua inserção no sistema do capitalismo monopolista mundial, com o conseqüente acirramento da luta de classes, bem como viu proliferar as ditaduras militares. O desenvolvimento do capitalismo na periferia foi acompanhado pela tomada de consciência, em diferentes grupos sociais, acerca da questão do subdesenvolvimento e suas raízes estruturais; surgindo daí a busca de uma estratégia de libertação que transformasse a realidade social, garantindo um desenvolvimento auto-sustentado que atendesse às reais necessidades do povo, assim como apareceram movimentos sociais visando viabilizar tal libertação.

Nesta mobilização popular houve a participação de inúmeros cristãos, organizados pelas entidades da Ação Católica¹ especializada, tais como a JUC (Juventude Universitária Católica) e a JEC (Juventude Estudantil Católica), além de outras. Assim, uma parcela da Igreja adotou propostas transformadoras e abriu caminho para a participação política dos cristãos, levantando o debate sobre fé, política e revolução. Esta linha pastoral da Igreja se estende também para a educação, com a fundação em 1961 do MEB (Movimento de Educação de Base), que adotou o princípio de "educar para transformar". Demonstrando o avanço político de uma parte dos leigos católicos, houve a criação da AP (Ação Popular) em 1962, com a defesa do socialismo; a AP surgiu, assim, como fruto da radicalização dos membros da Ação Católica e da aproximação com a esquerda e seu ideário político.

¹A Ação Católica Brasileira foi fundada pelo cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, em 1935. A partir de 1948, a ACB adota a especialização, organizando-se segundo classes e categorias sociais, e o método de análise do "ver, julgar e agir". Essas mudanças permitiram à ACB ocupar um importante papel no processo de renovação da Igreja Católica no Brasil. Ver MOURA et alii, 1981:21-3.

Contudo, a evolução política dos leigos da Igreja não foi acompanhada pelo episcopado (representado pela CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que procura cercear o trabalho das bases da Igreja e evitar a sua "marxização". O episcopado mantinha a sua aliança com as elites conservadoras, o que ficou demonstrado pelo apoio da cúpula da Igreja ao golpe militar de 1964 (em nome do "perigo vermelho") e pela desarticulação e esvaziamento da Ação Católica especializada no pós-64. Apesar disso, as sementes da renovação da Igreja estavam lançadas e vão frutificar nas condições políticas e econômicas impostas pela ditadura militar.

Antes de falarmos deste processo, convém lembrar que a renovação da Igreja também possui influências a nível internacional, como se pode perceber a partir do Concílio Vaticano II (1962). Este Concílio foi uma tentativa de adaptar a Igreja Católica (a nível mundial) às exigências do mundo industrial moderno, dando ênfase à idéia de que a Igreja se encontra dentro do mundo e abrindo novos campos e objetos para a reflexão teológica. Surgiu, assim, a chamada "teologia dos sinais dos tempos", marcada pelo diálogo com as ciências humanas e sociais, esta teologia "volta a redescobrir 'a memória subversiva e perigosa de Jesus de Nazaré'... e com isso colocou em marcha um processo de mudança", abrindo "à comunidade cristã novas formas de presença e testemunho no meio das estruturas em vista de sua mudança..." (BOFF, 1982:38). Do mesmo modo, a II Assembléia Geral da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), mais conhecida como Conferência de Medellín (Colômbia, 1968), procurou ajustar a Igreja à realidade da América Latina. Nesta Conferência foi tomada uma posição a favor da "popularização da Igreja", ou seja, a Igreja devia voltar-se para sua base e tomar atitudes em favor da libertação e dos oprimidos. Em Medellín, a Igreja se impôs também a tarefa de criação e ampliação das comunidades eclesiais de base (CEB's), a principal forma de incorporação do povo à Igreja.²

No Brasil, como já foi citado, o modelo político e econômico adotado pelos militares foi fundamental para a emergência de um processo de renovação da Igreja, que a levou a optar pelo povo. Sobre este aspecto, três questões merecem ser ressaltadas: o agravamento da miséria do povo, as violações dos direitos humanos e o fechamento político. Sem sombra de dúvida, foi extremamente forte o impacto da situação sócio-econômica do povo brasileiro sobre o clero, especialmente sobre os padres europeus (cerca de 50% do clero no Brasil, no período), como testemunha o bispo D. Luís Fernandes: "... a miséria crescente vai entrando pelas portas do bispo, do padre, da freira. A Igreja se sentiu invadida pelo problema sócio-econômico, ferida. Porque, afinal de contas, seus fiéis não são outros que aqueles miseráveis, marginalizados..." (citado por MOURA et alii, 1981:30).

²Analisaremos as CEB's na segunda parte deste capítulo.

Outro elemento que contribuiu para o progressivo rompimento da Igreja com o poder foi a questão dos direitos humanos, pois o AI-5 também atingiu a Igreja na figura de religiosos e leigos presos, torturados e mesmo mortos; o que acionou o espírito de corpo da instituição, levando-a a se atritar cada vez mais com o Estado em defesa não somente de seus membros, como também dos não-cristãos. Em 1979, a CNBB fez um balanço da violência do regime contra membros da Igreja: "Repressão na Igreja do Brasil: Reflexo de uma Situação de Opressão (1968-1978)", documento no qual relata que 122 religiosos e 273 agentes de pastoral foram presos ou detidos, 5 religiosos foram mortos e outros 84 sofreram tortura (MOURA et alii, 1981:33-4). Nestas circunstâncias, "a Igreja brasileira como um todo viu-se galvanizada na liderança de uma campanha mundial contra a tortura no Brasil", para o que dispunha "de uma organização em escala mundial com a qual... [podia] contar em termos de apoio e na qual... [podia] confiar para dispor de uma 'audiência' internacional" (CAVA, 1988: 237).

Já em relação ao terceiro elemento aduzido (o fechamento político), há dois pontos a considerar. Primeiro, o bloco de poder surgido no pós-64 excluiu a Igreja que, dessa forma, para não se isolar, passou à oposição e buscou alianças em outros setores da sociedade, especialmente junto às camadas populares. Segundo, diante da repressão brutal às entidades da sociedade civil, promovida pela ditadura, a Igreja "representou virtualmente o único centro de oposição institucional" (SKIDMORE, 1989:269), acabando por se tornar "a voz dos que não têm voz". A Igreja passava por um processo de "dupla radicalização", pois, de um lado, desafiou o governo em matéria de direitos humanos e, do outro, ao dar prioridade a sua "opção pelos pobres", denunciou o tipo de capitalismo que estava sendo implantado no país pelos militares (SKIDMORE, 1989:362). Quando foi iniciada a "liberalização" do regime, a Igreja emergiu, ao lado de outras entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), como um dos principais interlocutores dos governos autoritários.

Diante da conjuntura acima resumida, a Igreja, enquanto instituição, assumiu um compromisso com a causa da justiça e esboçou várias reações ao poder militar. Em primeiro lugar, "a Igreja se fez o tribuno do povo" (BOFF, 1982:43), rompendo a censura e denunciando as violações aos direitos humanos, os baixos salários e a expropriação de terras. Em segundo, "sancionou formalmente novas instituições através das quais segmentos sociais críticos entre seus fiéis poderiam mobilizar-se contra a investida feroz do regime", tais como a Comissão Justiça e Paz, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento Custo de Vida e os Encontros Intereclesiais das CEB's (CAVA, 1988:245).

Em terceiro, produziu documentos denunciando as injustiças e afirmando sua disposição de mudança, dos quais destacamos os seguintes:

1. "Eu ouvi os clamores do meu Povo" (1973): um libelo contra a opressão, em pleno governo Médici, assinado por 13 bispos do nordeste;
2. "Exigências Cristãs de uma Ordem Política" (1977): em que a CNBB critica a realidade brasileira, considerando-a longe de um "projeto cristão" de sociedade;
3. "Igreja e Problemas de Terra" (1980): no qual a CNBB condena o capitalismo, baseando-se na experiência da CPT e nos conflitos no campo.³

2.2 CEB's (Igreja Popular) e Teologia da Libertação

A comunidade eclesial de base representa, no entender dos teólogos da libertação, uma "verdadeira eclesiogênese, a igreja nascendo da fé dos pobres", pois ela é "uma forma nova e original de se viver a fé cristã, de se organizar a comunidade ao redor da Palavra... Há uma nova distribuição do poder na comunidade, muito mais participado, evitando-se toda centralização e dominação a partir de um centro de poder..." (BOFF, 1982:25). As CEB's são o mais interessante fenômeno surgido no processo de renovação da Igreja na América Latina.

A criação das CEB's está ligada a dois fatores: a "crise de vocações" da Igreja (traduzindo: falta de padres) que a levou a valorizar o papel do leigo (Concílio Vaticano II) e o movimento de inserção da Igreja na realidade social, com a recuperação do espírito comunitário da Igreja Primitiva (Medellin). As CEB's também surgiram da convergência de três movimentos de Igreja no Brasil: os catequistas populares de Barra do Piraí (RJ), o Movimento de Educação de Base (MEB) e os Planos de Pastoral da CNBB, apontando para a dinamização da Igreja.

As CEB's podem ser definidas a partir de algumas características básicas:

- a) elas são eclesiais, ou seja, o elemento religioso (a fé cristã) é seu princípio estruturante;
- b) elas são de base, pois seus participantes pertencem, na sua grande maioria, às camadas populares;
- c) elas organizam práticas comunitárias: roças, farmácias, cooperativas, mutirões, etc.;
- d) elas são instrumento de conscientização popular, pois "mediante a reflexão religiosa e a sensibilidade moral, as comunidades atingem os problemas políticos e sociais" (BOFF, 1986:95);

³Para maiores detalhes ver MOURA et alii, 1981:52-62 e BOFF, 1982:42-5.

- e) elas são lugar de uma prática libertadora, pois representam uma forma de organização autônoma do povo (às vezes seu único canal de expressão) e estabelecem uma relação solidária com as organizações populares, fortalecendo-as.⁴

A ditadura militar criou as condições para que as CEB's assumissem um papel social considerável, pois desencadeou uma forte repressão aos canais tradicionais de expressão popular (partidos, sindicatos, etc.), enquanto as CEB's não sofreram tão fortemente o impacto da repressão (na medida em que ainda estavam se estruturando e não apresentavam claramente o seu caráter contestador), tornando-se num dos poucos espaços disponíveis para a expressão e organização dos interesses populares. De modo que, quando se inicia o processo de "liberalização" política do regime militar, elas se constituíam na principal força organizada nos meios populares, fato que contribuiu para fazer da Igreja um dos principais interlocutores políticos da ditadura nesse período.⁵

O processo organizativo das CEB's é bastante complexo, pois, apesar de suas características comuns, elas se expandiram tanto em áreas rurais (e principalmente nestas), quanto em áreas urbanas (periferia das médias e grandes cidades). Este fato fez com que as CEB's não apresentassem uma orientação uniforme em todo o país, havendo algumas com elevado grau de politização e outras ainda restritas ao trabalho de discussão nos círculos bíblicos. Numa tentativa de discutir as diferentes experiências das CEB's e elaborar planos de ação comum, foram organizados os Encontros Intereclesiais das Comunidades de Base (quatro entre 1975 e 1981); as conclusões destes encontros são importantes para a compreensão da postura política adotada pelas CEB's. Vejamos algumas dessas conclusões:

- a) a consciência social das comunidades é fruto de uma leitura dos textos bíblicos na sua perspectiva originária: a de um povo pobre e oprimido, ansioso de libertação;
- b) denúncia do sistema capitalista como a raiz da miséria do povo, esclarecendo que esta denúncia não é feita a partir de uma análise marxista da realidade, mas sim a partir da leitura do Evangelho;
- c) necessidade de articulação das CEB's com os movimentos populares, pois a união do povo é fator de resistência e libertação.

O acúmulo de experiência da pastoral popular em toda a América Latina deu origem a uma nova tendência teológica, a Teologia da Libertação. Esta teologia

⁴Para maiores detalhes ver BOFF, 1982:196-212 e BOFF, 1986:68-105.

⁵Não existem estatísticas sobre o número de CEB's no país no período analisado, porém estudiosos apontam a existência de 70 mil a 100 mil, organizando entre 4 e 6 milhões de cristãos.

"pretende ser a teoria adequada às práticas do povo oprimido e crente; ela quer ser o momento de esclarecimento e de animação do caminho da libertação popular, sob a inspiração evangélica" (BOFF, 1986:101-2). A Teologia da Libertação, assim, procura dar a sua contribuição para o processo de libertação dos pobres, modificando a pastoral da Igreja que passa a assumir cada vez mais a defesa dos direitos humanos e dos pobres e a denunciar as violências do capitalismo no Terceiro Mundo. Para tanto, ela continua o diálogo com as ciências sociais e humanas, como também com o marxismo, buscando elementos para a compreensão da realidade, a partir de seu compromisso com os pobres contra a pobreza. A Teologia da Libertação propõe a configuração de uma Igreja Popular, modelo de uma Igreja que assumiu seriamente a opção pelos pobres e é sua aliada no processo de transformação social. Os seus teólogos afirmam que o "Reino de Deus começa já agora aqui na terra" toda vez que há uma redução das injustiças e das desigualdades. Destacam também a "imagem do Deus do Êxodo, que escuta o grito do oprimido, do Deus que toma partido pelos cativos judeus contra seu opressor, o Faraó"; Jesus Cristo é visto como um "libertador que anunciou uma mensagem carregada de esperança, que teve uma prática alternativa àquela vigente no seu tempo" (BOFF, 1986:22).

A consagração da Teologia da Libertação se deu na III Assembléia Geral da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), realizada em Puebla (México, 1979), que adotou a "opção preferencial pelos pobres".⁶ Posteriormente, o próprio Vaticano deu seu *placet* à Teologia da Libertação, considerando-a "uma expressão perfeitamente válida, pois designa uma reflexão teológica centrada no tema bíblico da libertação e da liberdade e na urgência de suas incidências práticas" (citado por BOFF, 1986:20).

2.3 A criação da CPT: expressão da nova prática pastoral em relação ao campo

A Comissão Pastoral da Terra foi criada em 1975 como fruto da reação da Igreja Católica do Brasil em relação à ditadura militar. Sua criação foi uma vitória da Igreja Progressista (baseada na Teologia da Libertação) que conseguiu que a secular estrutura eclesial incorporasse esse novo instrumento para lutar ao lado dos trabalhadores rurais. Assim, a CPT surgiu como um órgão ligado à CNBB e encarregado de interligar e dinamizar toda a ação da Igreja no campo.⁷

⁶Contudo, esta consagração não se deu sem luta, pois em Puebla iniciou-se uma ofensiva contra a Teologia da Libertação, movida pelos setores conservadores da Igreja na América Latina. Para maiores detalhes ver o quarto tópico deste capítulo.

⁷Apesar de ser ligada à CNBB, a CPT mantém uma autonomia relativa quanto à definição de suas políticas, bem como em relação à sua estrutura organizativa, sendo os seus coordenadores nacionais e regionais escolhidos nas Assembléias da própria CPT.

A criação da CPT se deu numa conjuntura marcada pela implantação do grande capital no campo, fruto das políticas dos sucessivos governos militares, gerando toda sorte de contradições: concentração da propriedade, ocupação capitalista da Amazônia, conflitos com trabalhadores rurais, crescimento da violência envolvendo também religiosos e agentes de pastoral. Nestas condições, se deu o "despertar" da Igreja para a opressiva realidade vivenciada pelos trabalhadores rurais, se posicionando em seu favor. Um dos pioneiros desta posição foi o bispo D. Félix Casaldaglia, de São Félix do Araguaia (MT); posicionamento acompanhado por outros religiosos da Amazônia e do resto do país.

Com esta preocupação, foi realizado em Goiânia (junho de 1975) um Encontro de Bispos da Amazônia sobre Terra e Migrações, onde surgiu a idéia de criação de uma Comissão de Terras, depois renomeada de Comissão Pastoral da Terra (CPT). Inicialmente o trabalho da CPT se restringiu à Amazônia, mas paulatinamente seu campo de ação foi ampliado à medida em que estouravam conflitos de terra em todo o país e que as regionais da CNBB iam criando as suas regionais da CPT.

Num documento aprovado em novembro de 1977, foram estabelecidas as "Linhas de Ação da CPT", das quais destacamos as seguintes (ver MOURA et alii, 1981:89):

- 1) apoiar os lavradores oprimidos que lutam pela mudança da atual sociedade, acompanhando-os em suas reivindicações econômicas e políticas até chegar à libertação de todo tipo de opressão;
- 2) a Igreja não deve substituir as organizações dos trabalhadores, mas dar sua contribuição para que eles reassumam seu papel de agentes históricos, incentivando a sua organização independente;
- 3) o papel de suplência da CPT é temporário e se dá apenas devido à repressão sobre a organização dos trabalhadores rurais, o que tornou a Igreja, momentaneamente, a única voz possível em defesa dos oprimidos;
- 4) a Igreja não deve exercer qualquer controle sobre o movimento dos trabalhadores rurais, nem procurar dividi-lo criando "sindicatos cristãos": deve, ao contrário, levar a Igreja para dentro do sindicato.

A XVIII Assembléia Geral da CNBB (1980), ao aprovar o documento "Igreja e Problemas de Terra", revelou a disposição da hierarquia da Igreja em assumir o trabalho da CPT, aceitando o seu caráter autônomo enquanto iniciativa pastoral. Como observa Ivo Polleto, secretário executivo nacional da CPT (em 1980), a CPT surgiu de "uma necessidade sentida mais perto das bases, e vai buscar na Conferência dos

Bispos, em seguida nos regionais da CNBB, uma aceitação e apoio para desenvolver seu trabalho" (citado por MOURA et alii, 1981:87).⁸

Um estudioso da atuação da Igreja no período considera que, das novas estruturas criadas pela Igreja, a CPT "é a mais controvertida, talvez por ser tão coerentemente militante, tanto nos seus ataques ao regime quanto na defesa dos trabalhadores rurais". Ela é também um símbolo da "problemática" dos empreendimentos de base da Igreja: "Serão estas novas estruturas apenas novos 'instrumentos' para a Igreja manipular suas históricas 'clientelas' rurais (e, no caso do Brasil, indígenas)? Ou refletirão estas novas organizações um esforço genuíno da Igreja para acompanhar o ritmo das dramáticas mudanças nas relações de classe atualmente em curso e que, com o tempo, darão lugar a grupos de interesse mais apropriados, como um partido operário ou sindicatos rurais?" (CAVA, 1988:246). Na conclusão deste trabalho, tentaremos responder a estas questões à luz da experiência específica da CPT no Maranhão.

2.4 As tensões internas da Igreja

Do exposto até aqui pode-se ter a impressão de que o processo de renovação da Igreja foi unilinear, abrangendo o *totum* da instituição, que rompeu com sua secular aliança com os poderes estabelecidos e adotou a "opção preferencial pelos pobres". Isto não é verdadeiro. Na verdade, apenas uma parcela da instituição assumiu a idéia de formação de uma Igreja Popular, comprometida com a causa dos oprimidos e defendendo a transformação social.

A grande maioria da Igreja continua tendo posturas políticas conservadoras e ligadas à manutenção do *status quo*, sendo que alguns setores chegam mesmo a acusar de subversiva e comunista a Igreja Progressista. Percebe-se, desse modo, uma nítida divisão interna da Igreja, gerando fortes tensões dentro da instituição; divisão que não é propriamente entre a Igreja "oficial" e a Igreja Popular, entre a cúpula e a base, pois há "progressistas" na cúpula da Igreja, do mesmo modo que há "conservadores" na base. A divisão é política: entre aqueles engajados no processo de mudança das estruturas e aqueles ligados aos grupos dominantes, havendo também um amplo setor de "moderados", oscilando entre as duas posições polares.

Durante o período que estudamos, há, é certo, uma hegemonia dos progressistas no contexto da Igreja latino-americana, hegemonia que possibilitou a aprovação de importantes documentos ligando a Igreja às causas populares e mesmo o *placet* papal, em virtude do vigoroso trabalho de base desenvolvido pela Igreja

⁸Sobre a criação da CPT ver MOURA et alii, 1981:85-98.

Popular e da força intelectual de sua teoria, a Teologia da Libertação. Contudo, se analisarmos este processo sob a ótica de uma luta permanente pelo poder e autoridade dentro da Igreja, constataremos que há pelo menos duas décadas está sendo organizada uma reação à hegemonia da Igreja Progressista, objetivando promover uma "virada à direita" na Igreja da América Latina e arrancar a Igreja do Povo da política, trazendo-a de volta à sacristia. A "reação termidoriana" dentro da Igreja procurou já em Puebla (1979) reverter o quadro, porém sem obter resultado.

Em termos de Brasil, desde meados da década de 1970 está em curso uma "restauração conservadora", que busca cercear os espaços de atuação da Igreja Progressista e dismantelar a sua hegemonia. Esta tendência foi fortalecida no país pelas mudanças ocasionadas pela "transição democrática" entre 1978 e 1985, período em que a Igreja se viu diante de uma encruzilhada histórica, pois pareceria, à primeira vista, "que a própria 'abertura para a democracia'... para a qual a Igreja tanto contribuía, agora a obrigava a 'desengajar-se' da política e, como instituição, a desautorizar as preferências partidárias de suas bases" (CAVA, 1988:251). Um outro analista, o padre jesuíta Cláudio Perani, critica a retórica demasiado otimista de vários teólogos da libertação de que o "povo" estaria prestes a "irromper" no interior da Igreja, "convertendo-a"; para ele, é forçoso reconhecer a "grande capacidade da autoridade eclesial em manter ou recuperar seu poder", sendo necessário, para enfrentá-la, uma renovação da militância progressista (PERANI apud CAVA, 1988:258-60).

Aliás, a história registra casos que demonstram a capacidade da Igreja de se adaptar à mudança das condições históricas, de abrigar em seu seio movimentos reformadores e ao mesmo tempo controlar a extensão das mudanças, contendo e arrefecendo o ímpeto inicial desses movimentos.

Se o processo político dentro da Igreja se verificar de modo análogo ao descrito acima, podemos afirmar, parafraseando e ao mesmo tempo contestando o título deste capítulo, que da periferia (a Igreja da América Latina) talvez não venha a luz e a salvação para a Igreja (entendida no plano mundial).

3 **"PARA EVANGELIZAR OS POBRES E LIBERTAR OS OPRIMIDOS É QUE O PAI ME ENVIOU" (LUCAS 4, 18-19): A CRIAÇÃO DA CPT NO MARANHÃO**

3.1 **Antecedentes do trabalho pastoral no campo maranhense**

O início da preocupação da Igreja Católica maranhense com a problemática dos conflitos no campo data da década de 50. O então Arcebispo de São Luís, D. José de Medeiros Delgado, procurou superar a débil presença da Igreja nessa área, dando início a "um intenso programa de ação social junto às populações rurais" (ALMEIDA, 1981a:47), denominado de "Ruralismo". Baseado na concepção de "harmonia" e "colaboração de classes", o Ruralismo da Igreja se desdobrou em várias atividades, a saber:

- a) a criação da Cooperativa Banco Rural do Maranhão, para atuar na área do financiamento agrícola para pequenos produtores e cooperativas;
- b) o incentivo ao cooperativismo rural, atividade desenvolvida pelo Movimento Intermunicipal Rural Arquidiocesano (MIRA), criado em 1952;
- c) a crítica aos projetos de reforma agrária democrática e radical, defendidos pelas Associações de Trabalhadores Agrícolas;
- d) a mobilização de diferentes segmentos sociais em torno de suas concepções, concorrendo neste aspecto com outras orientações políticas (especialmente com a Associação de Trabalhadores Agrícolas do Maranhão/ATAM);⁹
- e) realização de experiências-piloto de reforma agrária, as quais não obtiveram os resultados esperados por serem por demais limitadas.

O resultado desse esforço da Igreja logo se fez sentir, pois "em setembro de 1957, a expansão dos organismos de inspiração religiosa rivalizava com a ATAM" (ALMEIDA, 1981a:52), abrindo um período de polêmicas com esta entidade.

A partir de 1962, a Igreja Católica brasileira (através da CNBB) reviu sua ação no campo (até então baseada na criação de organismos confessionais paralelos aos sindicatos e associações), decidindo começar um trabalho de educação sindical e de criação de sindicatos. O instrumento de viabilização desta nova estratégia foi o Movimento de Educação de Base (MEB), encarregado do treinamento de lideranças camponesas, tornando-as aptas a ingressar nos "sindicatos dos padres" (como ficaram conhecidos estes sindicatos).

⁹Para um panorama histórico do movimento camponês no estado ver ALMEIDA, 1981a.

Apesar da aparente mudança na atuação da Igreja, um ponto merece ser ressaltado a esta altura da análise. A concepção predominante no trabalho da Igreja nos dois períodos foi a de evitar o alastramento de concepções revolucionárias no campo (o famoso "perigo vermelho"), mantendo o movimento sindical rural sob sua tutela (concepção contrária a que a CPT adotou posteriormente). A Igreja, assim, se mantinha dentro dos parâmetros estabelecidos desde 1950 pelo Bispo de Campanha (MG), D. Inocêncio Engelke, em sua carta pastoral intitulada "Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural": a Igreja não poderia cometer a "loucura de perder o operariado rural", devendo antecipar-se à revolução e formar lideranças rurais capazes de combater o "bacilo das agitações e das revoluções violentas" (citado por MOURA et alii, 1981:85-6).

Este aspecto da atuação da Igreja no período anterior ao golpe de 64 é destacado por alguns analistas do movimento sindical rural. Uma pesquisadora analisa que o envolvimento da Igreja na fundação de sindicatos fez com que o sindicalismo rural brotasse sobre uma oposição esquerda/Igreja, diferentemente do sindicalismo urbano, baseado na oposição esquerda/Estado (NOVAES, 1991:175-6). Uma outra autora considera que "nessa época, vários grupos conservadores da Igreja Católica procuram conter a mobilização no meio rural", organizando sindicatos reacionários (PANINI, 1990:151-2).

Já há nesse período a presença de grupos dentro da Igreja identificados com os ideais da Igreja Progressista. Contudo, estes grupos são minoria dentro da instituição até pelo menos o final da década de 60.¹⁰ No Maranhão, estes setores se fazem notar desde 1961, data em que o padre Alípio de Freitas defendeu a palavra de ordem das ligas camponesas ("Reforma Agrária na lei ou na marra") em sua Carta Aberta aos Lavradores, além de procurar organizar as ligas no estado (ALMEIDA, 1981a:56). Outros exemplos de atividades pastorais desse setor na década de 60 foram a ACR (Animação dos Cristãos no meio Rural), a JAC (Juventude Agrária Católica), o próprio MEB e a catequese avançada conduzida por D. Antônio Frágoso, então Bispo Auxiliar de São Luís e considerado um dos expoentes da Igreja Progressista no Brasil.¹¹

Mas, sem sombra de dúvida, o crescimento da influência dos setores progressistas no campo maranhense se deu com o processo de criação das CEB's, desencadeado a partir de meados da década de 60. Iniciadas nas paróquias de Tutóia e Bequimão (Diocese de Brejo), as CEB's tiveram uma grande expansão no estado e, no início da década de 80, já se espalhavam em todas as onze dioceses existentes na

¹⁰As condições objetivas para a "virada à esquerda" da Igreja no campo foram analisadas no capítulo 2.

¹¹Para uma breve retrospectiva da Ação Católica na capital maranhense, ver **Diário do Povo**, 01/01/80.

Província Eclesiástica do Maranhão. Num relatório sobre as CEB's do estado, o frei Clodovis Boff analisa que "talvez não haja no Brasil um conjunto regional de CEB's tão bem articulado entre si como o do Maranhão", situação advinda do "pouco acompanhamento inicial da cúpula episcopal [que] levou as CEB's a se apoiarem umas nas outras ... Essa história explica uma característica importante das CEB's do Maranhão: sua ORGANICIDADE" (citado por CLEMENS, sd:62). Como demonstraremos a seguir, as CEB's se constituíram no ponto de apoio fundamental para a criação da CPT no Maranhão.

Assim, no início da década de 70, a Igreja Progressista estava suficientemente implantada no campo maranhense para desenvolver ações de solidariedade aos camponeses, ao mesmo tempo em que procurava sensibilizar as autoridades para o quadro dramático vivenciado por eles. A cúpula eclesiástica, numa atitude de denúncia, produziu o documento "Advertência dos Bispos da Província Eclesiástica do Maranhão (Carta ao Presidente do INCRA)", de agosto de 1973, em que alerta para "o clima de insegurança, medo e opressão em que se encontra o nosso homem do campo", bem como as conseqüências da implantação dos grandes projetos agropecuários para os camponeses.¹²

Por outro lado, os trabalhos pastorais de conscientização dos lavradores quanto à problemática da terra e da organização sindical estavam em andamento, especialmente nas CEB's que iam aumentando o seu grau de politização. Nos diversos Encontros Provinciais das CEB's, que ocorriam desde 1970, o tema do engajamento sindical esteve permanentemente em discussão, contribuindo para mudar "substancialmente" a sua orientação política, pois "a comunidade [eclesial de base] começou a se voltar de fato para a sua vida real. Tornou-se um elemento importante para uma contribuição na organização dos lavradores" (comentário do padre Victor Asselin, citado por CLEMENS, sd:100).

Na medida em que a Igreja se comprometia com a luta em defesa dos trabalhadores passou a sentir os efeitos da repressão, que se abateu sobre ela, na pessoa de religiosos, agentes de pastoral e integrantes das CEB's. Um desses casos foi a prisão em agosto de 1970 dos padres Xavier de Maupeou e José Antônio Monteiro, das paróquias de São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos, sendo o segundo barbaramente torturado. Os dois religiosos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional sob a acusação de "subversão" e absolvidos ao final do processo.¹³ O processo movido contra esses padres é mais um indicativo da forma

¹²A íntegra desta carta encontra-se em ALMEIDA, 1981a:74-5.

¹³Sobre esse e outros casos de violência contra agentes da Igreja ver CLEMENS, sd:63-76.

como os governos autoritários, estabelecidos no país desde 1964, tratavam os conflitos sociais: com a violência e a violação dos direitos humanos.

3.2 **A criação da CPT no Maranhão: condições imediatas de seu surgimento**

As razões da criação da CPT no estado foram bem delimitadas nos depoimentos prestados a esta pesquisa, sendo de duas ordens principais: o crescimento dos conflitos no campo e a inexistência de organizações autônomas dos trabalhadores rurais, que pudessem conduzir as suas lutas. Vejamos os depoimentos:

1. "O surgimento da CPT-MA foi em grande parte provocado pelos inúmeros e graves problemas de terra existentes ... problemas que vinham se arrastando desde a década de sessenta e a cada dia se agravavam mais" (depoimento do padre Eider Furtado).
2. "Os contínuos conflitos de terra, os quais não podiam nos deixar indiferentes. Não houve uma semana em que como bispo não me senti obrigado a intervir nestes conflitos e procurar uma solução SEM VIOLÊNCIA" (depoimento de D. Pascásio Rettler, bispo de Bacabal).
3. a CPT surgiu como reação aos conflitos de terra e como uma "tentativa de organização dos trabalhadores rurais, resposta da Igreja numa atitude profética em relação à própria Igreja e [à] sociedade" (depoimento da irmã Ana Amélia).
4. "Achamos que o trabalhador rural estava sem apoio nas suas lutas devido os sindicatos da época quase todos eram pelegos [sic]... era necessário um trabalho de coordenação pastoral cristã. O Evangelho encarnado na luta do homem camponês" (depoimento dos lavradores Zé Timótio e Chico Amancio).
5. Era preciso "discutir com lavradores formas de organização para resistir à luta pela conquista da terra" (depoimento do lavrador João Teixeira).

Por outro lado, a história da CPT-MA está estreitamente ligada à história das CEB's, como é apontado em um depoimento: "o povo rapidamente se deu conta do estado de opressão e de desrespeito no qual ele vivia, a maneira indigna da pessoa humana com a qual ele era tratado ... os animadores das CEB's, nesta caminhada de conscientização precisavam de um instrumento de luta, sendo [que] nesta época de 1964 e [nos] anos seguintes as lutas populares não podiam servir-se do sindicato e do partido político. A CPT assumiu um enorme trabalho de suplência... o que é conforme a toda a tradição da Igreja" (depoimento do padre Xavier de Maupeou). Aspecto também ressaltado por outro depoente: "sendo que, nessa época, assumia a coordenação das CEB's e, considerando que o assunto terra era perigoso levantar junto a alguns bispos, andamos um certo tempo fazendo o trabalho da CPT sob a

etiqueta da coordenação das CEB's ... Há uma história linda pois a CPT-MA nasceu pela base" (depoimento do padre Victor Asselin). Desse modo, as CEB's foram a principal base de sustentação do trabalho da CPT-MA e os trabalhadores rurais ligados a elas foram os "que mais acolheram a CPT" (depoimento da irmã Ana Amélia).

Uma posição divergente desse nascimento da CPT "pela base" transparece no trabalho de ALMEIDA (1981a:77), onde é destacado que os novos programas pastorais da Igreja surgiram a partir da iniciativa dos bispos e "dirigidos diretamente" por eles. Desse modo, "os clérigos que são indicados seus coordenadores regionais têm que ter autorização expressa do Bispo da diocese a que pertencem" e sua "prática pastoral subordina-se e é acompanhada pela hierarquia". Na verdade, já amadurecida pela experiência da Ação Católica especializada em que alguns grupos insubordinaram-se contra a hierarquia e mesmo assumiram uma posição aberta de rebeldia, a hierarquia da Igreja Católica não pretende repetir os "erros" do passado e deixar que iniciativas a partir das bases, como a da CPT, escapem de seu controle e tutela, o que tem implicações evidentes no desenvolvimento da pastoral no campo.

O momento da criação da CPT-MA foi o 11^o Encontro Provincial das CEB's (julho/76) em que "os agentes de pastoral se reuniram separadamente das bases e falaram sobre uma secretaria das CEB's e uma Comissão Pastoral das Terras",¹⁴ a primeira voltada para a articulação e troca de experiências das CEB's e a segunda para um assessoramento jurídico. Contudo, "para a maioria dos agentes que estava na reunião não ficou clara a diferença entre a Secretaria das CEB's [depois transformada em Equipe Provincial] e uma Comissão Pastoral da Terra" (CLEMENS, sd:125). As articulações em torno da criação da CPT foram encaminhadas principalmente pelo padre Victor Asselin, que desde 1973 fôra nomeado Coordenador das CEB's da Arquidiocese de São Luís e participara do encontro de fundação da CPT-nacional em Goiânia (1975). Antes dele, em preparação ao encontro de Goiânia, a irmã Judite Dalercio, em companhia de um representante do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social - Bahia), visitou algumas dioceses com o objetivo de "alertar os bispos acerca desta reunião e a importância de se representar os problemas de terra nas dioceses" (depoimento da irmã Judite Dalercio). No início, a identificação CEB's/CPT foi muito forte, como relata CLEMENS (sd:126): "a Equipe Provincial das CEB's e a Comissão Pastoral da Terra englobaram-se, na prática, até o final de 1978, quando Pe. Victor decidiu se envolver mais na CPT... O tão falado secretariado das CEB's era o secretariado da CPT. Isto porque Pe. Victor, e mais tarde o Pe. Xavier, foi nomeado

¹⁴No decorrer da pesquisa, percebemos que, no Maranhão, o termo "agente de pastoral" é normalmente utilizado com referência aos religiosos (padres e freiras), enquanto o termo "base" é usado em relação aos leigos engajados nas comunidades. Estes leigos podem também ser chamados de "animadores de comunidade", "dirigentes" e "catequistas", conforme a visão política adotada.

[sic], pelos Srs. Bispos, Coordenador da CPT".¹⁵ Situação que persistiu até 1982, quando a evolução dos trabalhos deixou "claro que se deviam separar as duas tarefas".

Em termos de estruturação, a CPT-MA possuía duas instâncias principais: a Assembléia Estadual e o Secretariado. A Assembléia Estadual era composta por representantes das dioceses e tinha por finalidade traçar as linhas gerais de atuação da CPT-MA. O Secretariado era formado pelo coordenador, escolhido na Assembléia, e pelos assessores em diversas áreas, tais como advogados, jornalistas, especialistas em movimento sindical e popular, educadores, pesquisadores. Cabia ao Secretariado a condução dos trabalhos cotidianos da CPT-MA. Além dessa estrutura estadual, a CPT procurou descentralizar a sua atuação, organizando-se nas dioceses (as micro-regionais da CPT). A partir dos depoimentos, podemos remontar um quadro aproximado da organização da CPT-MA em algumas dioceses:

- a) Diocese de Balsas: "participou desde a criação da CPT, como micro-região... e mais tarde formando uma equipe diocesana da CPT, com assessoria jurídica e educacional" (depoimento da irmã Ana Amélia);
- b) Diocese de Cândido Mendes: contribuição de diversas pessoas (padres, lideranças populares, membros das CEB's) no surgimento da CPT (depoimento do lavrador João Teixeira);
- c) Diocese de Coroatá: participação de membros das CEB's ("a maior força de apoio") e lideranças sindicais, além da colaboração com a ACR (depoimento dos lavradores Zé Timotio e Chico Amancio);
- d) Diocese de Bacabal: a micro-regional da CPT foi fundada no Congresso Diocesano de Bacabal (novembro/78), contudo, "o Bispo D. Pascásio, após um certo apoio à entidade, se desgostou da Comissão em São Luís ... e mais outras razões nos levaram a organizar a ACR" (depoimento do frei Godofredo Bauerdick). Em virtude disso, a diocese "teve uma boa organização na luta pela terra e na defesa dos camponeses embora não fosse ligada à CPT" (depoimento de D. Rino Carlesi, bispo de Balsas);
- e) Diocese de Viana: "infelizmente na diocese de Viana, particularmente na região mais próxima da sede episcopal, a CPT nunca atuou", em virtude da posição política do bispo, o conservador D. Adalberto Silva, condecorado pelo Exército com o título de "O Pacificador" (depoimento do padre Eider Furtado).¹⁶

¹⁵ O primeiro Coordenador regional da CPT foi o padre Victor Asselin, que assumiu a entidade desde sua criação no estado até dezembro/79. Foi sucedido pelo padre Xavier de Maupeou, que a dirigiu entre janeiro/80 e julho/82. Ambos acumularam as funções de Coordenador da CPT-MA e Coordenador das CEB's da Província Eclesiástica do Maranhão, por nomeação dos bispos.

¹⁶ Na diocese de Viana se desenvolveu um dos mais ricos trabalhos de base da Igreja maranhense no início dos anos 70, trabalho conduzido pelo bispo D. Hélio Campos. Contudo, a morte de D. Hélio (janeiro/75) e a indicação de D. Adalberto Silva para o cargo provocaram o "fechamento" e a desarticulação desse caminho pastoral, pois foi

Do exposto, podemos inferir que o trabalho da CPT não conseguiu se estender a todas as regiões do estado, processando-se de maneira diferenciada de diocese para diocese. Esta constatação reforça a convicção de que pensar o papel da Igreja nos movimentos sociais no campo não é uma atividade que se restringe a pensar o papel da CPT. Este esforço precisa também englobar a análise dos demais movimentos ligados à Igreja (CIMI, Cáritas, ACR, etc.) e do "peso" da Igreja conservadora no estado. Mas, esta não é absolutamente a intenção desta nossa investigação.

4 "EU OUVI OS CLAMORES DO MEU POVO": O PAPEL DE DENÚNCIA DA CPT

A atuação da CPT-MA se estendeu a vários campos: assessoria jurídica, educação popular e sindical, pesquisa sobre a realidade maranhense, apoio à organização sindical, denúncia das políticas oficiais de terras e de suas conseqüências para os lavradores. Neste capítulo, remontaremos o processo de mudanças na estrutura agrária estadual a partir da década de 50, para, em seguida, analisar o posicionamento da CPT-MA frente às políticas agrárias estaduais.

4.1 Transformações no campo maranhense

Durante o período estudado, o Maranhão era um dos campeões nacionais das estatísticas de conflitos fundiários, ao lado do Pará e de Goiás. Um levantamento feito pela CPT para o ano de 1979 apontou a existência de 128 conflitos em 48 municípios do estado (Diário do Povo, 01/01/1980). Outro inventário, tendo por base o período de marco a dezembro de 1980, arrolou a existência de 84 conflitos, distribuídos por 51 municípios e envolvendo cerca de 180 povoados (ALMEIDA, 1981b:11). Um levantamento que fizemos para o período compreendido entre abril de 1977 e dezembro de 1980 (com base nos arquivos da CPT) reuniu dados acerca de conflitos em 78 municípios, localizados em todas as micro-regiões do Maranhão.¹⁷ Outro levantamento, entre janeiro de 1981 e janeiro de 1982, detectou 87 conflitos em 53 municípios, com o saldo de 30 mortes, 20 feridos e 35 trabalhadores rurais presos

desencadeada sobre os religiosos progressistas e as comunidades de base uma forte repressão policial e eclesiástica, que culminou com a expulsão de dezenas de religiosos da diocese.[Isto foi possível porque o Código de Direito Canônico, que dá forma jurídica à estrutura centralizada e "monarquista" da Igreja, concede poder quase absoluto para o bispo em sua diocese.] O conflito entre o clero progressista e o bispo conservador se prolongou até o início dos anos 80 e se mantém de forma "latente" até a atualidade. O caso de Viana se constitui, ainda hoje, num assunto extremamente delicado para se tratar dentro da Igreja do Maranhão. Para maiores detalhes, consultar os seguintes jornais: *O Liberal* (Belém, 10/07/78), *O Imparcial* (11/12/77), *O Estado do Maranhão* (22/02/79 e 04/03/79), *O Povo* (Fortaleza, 13/02/79) e *Diário do Povo* (20 a 22/03/79 e 10/07/79).

¹⁷O Maranhão possuía, em 1980, 130 municípios divididos entre 16 micro-regiões homogêneas pelo IBGE.

(ALMEIDA, s.d.:2). Contudo, o número de conflitos e municípios deve ser maior, na medida em que muitos casos não chegam a ser noticiados pela imprensa.

Compreender as razões do conflito fundiário é uma tarefa que se impõe ao pesquisador interessado na atuação da CPT no estado. Isto requer uma análise das transformações ocorridas no campo maranhense a partir de 1950, transformações resultantes da integração da região amazônica ao mercado nacional e da penetração do grande capital.¹⁸

Em meados do século, o Maranhão consolidou-se dentro da divisão nacional do trabalho, como produtor de alimentos para o mercado nacional.¹⁹ Este papel foi possibilitado pela imigração em larga escala de nordestinos (em sua maioria agricultores expulsos de suas terras pelo latifúndio e pela seca), a partir de 1920. Na década de 1950, a imigração constituiu um verdadeiro "êxodo", pois neste período o estado teve um crescimento populacional acelerado (57,4% na década). Conquistando áreas antes despovoadas e desbravando a cobertura florestal, os nordestinos formaram as chamadas "frentes de expansão", que se dirigiram para os vales dos rios Pindaré, Mearim, Grajaú e Gurupi, atingindo também a zona de Imperatriz. As "frentes de expansão" criaram as condições para o crescimento da "economia camponesa" já existente no estado; esta economia seria "uma economia do excedente, pequeno-mercantil, cujo cálculo econômico não é capitalista, mas que se articula e se integra à frente pioneira, de lógica capitalista, através do mercado" (ARCANGELI, 1987:112-3). Ainda segundo este autor, a "economia camponesa" apresentaria as seguintes características:

- a) diversidade de relações com a terra: proprietários, posseiros e arrendatários;
- b) união direta do produtor com os meios de produção;
- c) autonomia produtiva e controle do processo de trabalho pelo produtor, que se apropriaria diretamente dos resultados de seu trabalho;
- d) valor de uso da terra;
- e) somente uma parcela do excedente econômico adquire valor de troca;
- f) existência de formas variadas de expropriação do sobretrabalho por parte do latifúndio e do capital mercantil.²⁰

¹⁸As análises deste capítulo encontram-se baseadas em ARCANGELI, 1987:89-164.

¹⁹Vale ressaltar que, desde fins do século XIX, já estava em curso um longo processo estrutural de integração da economia maranhense ao mercado nacional. Para uma análise detalhada deste processo ver REIS, 1992:17-28 (mimeo.).

²⁰Para uma discussão da autonomia produtiva da economia camponesa no Maranhão ver ESTERCI, 1976 e MUSUMECI, 1988.

Este quadro econômico seria profundamente alterado, a partir da década de 1960, pelo processo de "modernização de caráter autoritário" da Amazônia, desencadeado pelos governos militares, que transformou esta região em local privilegiado para investimentos do grande capital. A "frente de expansão monopolista" se constituiria, assim, "através do açambarcamento de grandes extensões territoriais, antes ocupadas por posseiros e pequenos proprietários camponeses, efetivado por grandes grupos capitalistas, nacionais e estrangeiros" (ARCANGELI, 1987:120). A apropriação privada das terras se deu através de vários expedientes, tais como a compra de terras devolutas do Estado e a grilagem.²¹ Estas terras, uma vez incorporadas ao patrimônio do capital, passam a ser utilizadas como reserva de valor (com fins especulativos) ou para projetos agropecuários.

A primeira forma de expressão concreta do capitalismo monopolista no campo maranhense foi a dinamização do setor pecuário, onde se destacam os incentivos fiscais proporcionados pela SUDAM e SUDENE. A segunda forma foi o desenvolvimento de uma agricultura em bases capitalistas no sul do estado a partir de meados da década de 1970, com ênfase na produção em larga escala do arroz e da soja e utilizando o trabalho assalariado e métodos intensivos de cultivo do solo. A particularidade desta segunda forma consiste em que "ao contrário do que se passa em regiões de fronteira agrícola, o que distingue a expansão do capitalismo nesta região é a sua racionalidade, no sentido de que não está baseada explicitamente sobre a violência, sobre conflitos agudos em torno da posse da terra. Tanto é assim, que a entrada dos chamados gaúchos na área passa pela compra de terras..." (ANDRADE, 1982:74).²²

O impacto das mudanças sobre o conjunto dos trabalhadores rurais é enorme, pois, em primeiro lugar, a expansão do capitalismo no campo é feita sobre a "economia camponesa", a qual é violentamente desarticulada e expropriada. É exatamente esta a base material dos conflitos fundiários no estado. Estas transformações podem ser assim sintetizadas:

- a) aceleração da instituição da propriedade privada da terra, juntamente com o aumento do grau de concentração fundiária;²³

²¹Sobre a grilagem no Maranhão ver ASSELIN, 1982.

²²As demais formas de penetração do capitalismo monopolista foram a instalação de grandes empresas madeireiras, especialmente na região tocantina, e a implantação dos chamados grandes projetos (ALUMAR, CVRD, etc.) no decorrer da década de 1980. Contudo, para os objetivos deste trabalho, os seus efeitos ainda não se faziam sentir diretamente. Ver FEITOSA & RIBEIRO, 1991 (mimeo.).

²³ANDRADE(1984:57) calculou, para 1960, a área das terras devolutas do Estado em cerca de 25 milhões de hectares (75% da área do estado). Já TRIBUZI (apud ARCANGELI, 1987:159) calculou em 10 milhões (30% da área) no final da década de 1970. Ou seja, houve um violento processo de transferência das terras públicas para o domínio privado, processo feito desconsiderando propositadamente os interesses de todos aqueles que ocupavam anteriormente a terra.

- b) transformação dos posseiros em arrendatários, nos casos em que os pretensos proprietários não desejem a expulsão imediata dos trabalhadores residentes em "suas" terras;
- c) tendência ao estabelecimento do trabalho assalariado no campo, com a formação de uma reserva de força de trabalho barata para o capital, composta pelos trabalhadores rurais expulsos de suas terras.

Em outras palavras, estava em curso um processo de "acumulação primitiva" de capital, em que os produtores diretos são separados dos meios de produção, processo que concentra a propriedade dos meios de produção de um lado e libera a mão-de-obra de outro. Analisadas sob esta ótica, as lutas de resistência desenvolvidas pelos trabalhadores rurais ao longo do período analisado adquirem contornos de uma luta anti-capitalista, pois tentam deter o avanço do capitalismo monopolista no campo ou no mínimo criar obstáculos à sua penetração.²⁴ As lutas camponesas objetivam preservar os espaços mínimos de autonomia existentes na "economia camponesa" (representados pela relação direta com os meios de produção e especialmente com a terra), pois, mesmo subordinada a formas de exploração por parte do capital mercantil e do latifúndio, a "economia camponesa" garantia condições mínimas de sobrevivência aos trabalhadores. Condições que são negadas de forma permanente pela penetração do capitalismo no campo. Mas, convém ressaltar que, nos casos em que os trabalhadores rurais obtêm algum sucesso na sua luta pela permanência na terra, os seus movimentos evoluem ao nível de suas reivindicações, passando a exigir condições para o trabalho na lavoura, tais como assistência técnica, adubos, sementes, instrumentos; além de benefícios para os trabalhadores no campo da educação, saúde, transportes, etc. Esses movimentos buscam também romper a cadeia de dependência comercial, através de cooperativas de comercialização da produção, ensejando condições para uma efetiva autonomia da "economia camponesa".

²⁴Não podemos, contudo, superdimensionar este aspecto, pois as lutas travadas pelos camponeses não necessariamente evoluem no sentido da formação de uma ideologia anti-capitalista.

4.2 A CPT diante das políticas agrárias estaduais

O processo de apropriação das terras devolutas pelos projetos econômicos e de sua incorporação ao modelo de propriedade privada do sistema capitalista também vai ser incentivado pelos governos estaduais do Maranhão, seguindo os passos da política traçada pelos militares. Nesta parte analisaremos as linhas gerais das políticas de terra dos diferentes governos estaduais e o posicionamento da CPT diante delas.

Um marco no processo de ocupação capitalista das terras no estado foi a aprovação da Lei nº 2979/69 (Estatuto da Terra do Maranhão, a Lei de Terras do governo José Sarney, 1966-1970) que "incentiva a apropriação privada da terra, à medida que abre o campo para as ocupações de terras, via Sociedades Anônimas, provocando o esmagamento da pequena propriedade e a institucionalização da grilagem" (LUNA, s.d.:5). Junto com a Lei de Terras o governador José Sarney também criou as Delegacias de Terras no interior do estado (com o objetivo de disciplinar a ocupação e de titular as áreas) e a Procuradoria Geral do Estado (órgão de maior autoridade sobre matéria fundiária a nível estadual). Assim, "estourou de verdade a mais crítica problemática fundiária na história do Estado do Maranhão" (ASSELIN, 1982: 129), com a disseminação da grilagem em grande escala. Posteriormente, a CPT-MA se manifestou sobre esta lei da seguinte forma: "a política governamental, a partir da Lei de Terras do governo José Sarney, tem como objetivo proteger o acesso à terra aos grandes grupos econômicos, à grande empresa agropecuária e multinacionais... e esmaga o pequeno lavrador que perde as terras que ocupa, às vezes por dezenas de anos" (PASTORAL lança um manifesto-protesto. **Diário do Povo**, 02/12/79). No relatório da CPI do Sistema Fundiário, instalada no Congresso Nacional em 1978, também se aponta a importância da Lei de Terras para o entendimento da problemática fundiária estadual: "comprovado o caos fundiário existente no Maranhão, decorrente da corrupção implantada naquele Estado, após o advento da Lei nº 2979, de julho de 1969, sancionada no governo do eminente Senador José Sarney" (FAZENDA Maguary: transação desonesta, ilegal e imoral. **Jornal Pequeno**, 22/06/80).

O Governo seguinte, de Pedro Neiva de Santana (1971-1975), vai continuar a política de apoio oficial à grilagem, com a legitimação das fraudes já efetivadas e o envolvimento de diversas autoridades estaduais como comparsas da grilagem. Com o objetivo de atrair para o estado médios e grandes empreendimentos agropecuários, o governo estadual criou a COMARCO (Companhia Maranhense de Colonização, 1971) que incorporou ao seu patrimônio mais de dois milhões de hectares de terras,

localizadas na região centro-oeste do Maranhão. Começava um longo período de negociatas com as terras do Estado, vendidas a preços extraordinariamente abaixo do mercado, pois "as terras foram vendidas não com o objetivo de lucros para o Estado, mas com o objetivo de carrear empresários e recursos para o Maranhão" (deputado Magno Bacelar, em depoimento à CPI do Sistema Fundiário. **Jornal Pequeno**, 18/05/80). Como diz ASSELIN (1982:135): "Pedro Neiva acabava de criar sua alternativa de entrega das terras do Maranhão aos grupos de sua preferência". A COMARCO tinha por objetivo a formação de núcleos de pequenos produtores independentes na sua área de atuação, contudo, a realidade se revelou outra pois "as precárias condições dos camponeses do projeto tornaram os mesmos uma excelente reserva de força de trabalho barata para o capital dos grandes projetos. Assim, é no projeto da COMARCO que o verdadeiro sentido na colonização dirigida que envolve pequenos produtores se manifesta da forma mais evidente, ou melhor, mais descarada" (ARCANGELI, 1987:129). Desse modo, a atuação da COMARCO foi pautada pela venda ilegal de terras a grupos empresariais de fora do estado, vendas que foram efetuadas sem levar em conta os lavradores já residentes nas áreas, os quais passam a ser sistematicamente expulsos de suas terras e transformados em trabalhadores assalariados. Por diversas vezes, a CPT-MA denunciou as irregularidades na venda de terras pela COMARCO bem como o envolvimento de seus dirigentes em casos de grilagem; sem que, no entanto, a situação se alterasse. Pelo contrário, o próximo governador (Nunes Freire, 1975-1979) vai ratificar todas as vendas de terras a grandes empresas bem como dar continuidade a este processo.²⁵

Se o governo Pedro Neiva pode ser caracterizado como de grilagem desenfreada, com a cobertura do Estado, o Governo Nunes Freire se caracterizou pela legalização da grilagem. Para tanto, o Governo elaborou um Programa de Regularização Fundiária, consubstanciado na Lei das Ações Discriminatórias (Lei nº 6383/76) que estabelecia um rito sumário para tais ações. Este programa ficou à cargo da Procuradoria Geral do Estado e da recém-criada Coordenadoria de Recursos Fundiários (CRF, vinculada à Secretaria de Agricultura), envolvendo tanto as terras devolutas do Estado quanto as de patrimônio da COMARCO. O programa foi apresentado como tendo o objetivo de reconhecer as terras de domínio do Poder Público, beneficiando "exclusivamente àqueles pequenos produtores" (declaração do Procurador Geral do Estado, Ernani Coutinho. **O Estado do Maranhão**, 25/06/78). Contudo a realidade foi outra: "Sabia-se perfeitamente que, através do processo

²⁵Após ler os primeiros originais deste trabalho, o padre Victor Asselin enviou-nos a seguinte observação: "Nunes Freire nunca quis ratificar vendas de terras a empresas não-maranhenses. Ele foi o governador da grilagem para maranhenses. Quando ele ratificou títulos, como por exemplo da COMARCO, é que foi obrigado pelo [Governo] Federal pois tinha que escolher entre renunciar ao cargo de governador ou assinar". As lutas intestinas dos grupos dominantes estaduais (entre as facções ligadas a Vitorino Freire e a José Sarney) foram fundamentais para definir o posicionamento do governador.

judiciário, eliminava-se a possibilidade de reconhecimento dos direitos dos primeiros ocupantes da terra, gente simples que a trabalhava para o seu sustento e o de sua família. A lei era **discriminatória** mesmo: queria impossibilitar a habilitação dos lavradores" (ASSELIN, 1982:141, grifo do autor). Desse modo, o governo estadual passou a outorgar títulos de terras a grandes empresas, as únicas que tinham condições para se habilitar nas ações discriminatórias. Mesmo reconhecendo a existência da grilagem, o governo estadual assim procedeu porque procurou respeitar "direitos que, se foram constituídos, às vezes, irregularmente, não o foram por culpa destes adquirentes de **boa-fé**, mas por culpa até mesmo da omissão de governos ou do pouco cuidado que se teve..." (depoimento do governador Nunes Freire na CPI do Sistema Fundiário. **Jornal Pequeno**, 23/03/80, grifo nosso). Diante da extensão da grilagem patrocinada pelo Estado, nada mais restava senão legalizar as terras que empresários de **boa-fé** haviam comprado dos grileiros...

Mas a ação do Governo Nunes Freire não se restringiu às ações discriminatórias para "beneficiar os pequenos produtores" (que o governo alardeava como a solução para o conflito de terras no estado, toda vez que entregava alguns títulos à proprietários rurais), havia também a campanha de "moralização" dos cartórios feita pela Corregedoria Geral do Estado através da inspeção dos cartórios do interior visando combater a grilagem. Ação de fachada, realizada com o intuito de calar as vozes que se levantavam para denunciar a grilagem e as violências praticadas contra os lavradores. As denúncias eram tantas que acabaram motivando parlamentares do MDB a requerer a instalação de uma CPI de Terras na Assembléia Legislativa, a qual foi aprovada em outubro de 1977 e "morreu" em agosto de 1978, "antes de chegar aos chefes políticos do Estado" (deputado Jackson Lago. **O Imparcial**, 31/08/78).

O governo de João Castelo (1979-1983) foi marcado pelo aumento dos conflitos e da grilagem. Nos anos anteriores o conflito social no campo havia crescido consideravelmente e, por outro lado, as grandes empresas estavam se instalando no estado; portanto, era tarefa do novo governo continuar disciplinando a ocupação das terras, bem como procurar resolver o conflito social. Para tanto, foi criada a Companhia de Terras do Maranhão (COTERMA, abril/79) com jurisdição sobre todas as terras devolutas do Estado. A COTERMA (que incorporou a COMARCO e a CRF) deveria tomar medidas visando a "extinção completa dos processos de grilagem das terras de domínio do Estado", ou seja, providenciar a regularização e demarcação definitiva das áreas ocupadas pelo grande capital. Em setembro de 1979, por sugestão da COTERMA, o governo do estado passou a expedir as chamadas Cartas de Anuência, criadas como paliativo à morosidade da justiça na resolução dos conflitos de terra. Estas Cartas seriam títulos provisórios que proporcionariam "ao pequeno e médio produtor rural acesso ao crédito bancário" e assegurariam "o direito de posse e a

garantia de venda, pelo Estado, àquele que, efetivamente, ocupa e trabalha na terra pública estadual", evitando a especulação e a ação dos grileiros (Wilson Neiva, Secretário do Interior. **O Imparcial**, 05/09/79). Assim o governador João Castelo revelava a sua "preocupação" com a situação do lavrador maranhense e atendia "aos clamores da Pastoral da Terra"; além de dar início a uma "guerra santa" contra a grilagem e os agitadores "que não querem ver a melhoria da vida do povo maranhense" (GOVERNO deflagra "guerra santa" contra grileiros. **O Estado do Maranhão**, 04/10/79). Ao adotar este discurso, o governador procurava, de um lado, camuflar a sua vinculação concreta com os interesses do latifúndio e, de outro lado, arregimentar apoio político no meio rural, fazendo concessões a entidades sindicais e a algumas camadas de trabalhadores rurais (prática cujo melhor exemplo foi a criação da Companhia Estadual de Terras - CETER, como veremos a seguir).

Contudo, logo se evidenciou que a política oficial de apoio à grilagem continuava, pois as Cartas de Anuência eram distribuídas com base em compromissos políticos, beneficiando os latifundiários que as utilizavam para expulsar os lavradores de suas terras. A CPT-MA se posicionou afirmando que a concessão das Cartas de Anuência era feita "principalmente a médios empresários rurais e a políticos, ao invés de licenças de ocupação aos pequenos lavradores sem terra ou com terra insuficiente" (PASTORAL lança um manifesto-protesto. **Diário do Povo**, 02/12/79). Isto quando no Maranhão já havia cerca de seiscentos mil trabalhadores rurais sem terra, segundo estimativa da FETAEMA (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão).

A segunda ordem de preocupações do governo João Castelo era a resolução do conflito social, controlando e esvaziando o movimento dos trabalhadores rurais e seus aliados (principalmente os organismos ligados à Igreja). Para tanto, além do aumento da violência policial, o governo esboçou um plano de cooptação de lideranças e entidades, consubstanciado na criação da Companhia Estadual de Terras (CETER) em abril de 1980. Criada no contexto da política estadual de regularização fundiária com o objetivo de incrementar e dinamizar as ações dos órgãos estaduais no que concerne à questão da terra, a CETER pretendia cumprir uma "missão pacificadora" no campo, procurando arregimentar todas as forças que direta ou indiretamente influíam no processo fundiário do estado (FAEMA, FETAEMA, CPT, INCRA, órgãos estaduais, etc.). Para sua presidência foi escolhido o Padre Hélio Maranhão (vigário de Tutóia, fundador das CEB's no Maranhão e ligado ao Senador José Sarney), as razões de sua escolha foram apresentadas pelo próprio governador: "homem profundamente identificado com os problemas das comunidades de base da Igreja. Sua missão é levar o diálogo às partes conflitantes, coordenar e manipular os instrumentos legais e administrativos disponíveis, a fim de que a Comissão Estadual

da Terra corporifique a presença pacificadora do Governo do Estado no meio rural maranhense" (PADRE Hélio relembra luta dos Papas nos problemas fundiários. **O Estado do Maranhão**, 21/05/80). O objetivo era óbvio: "o Governador João Castelo disse: nós também vamos ter a nossa CPT, também dirigida por um padre... o negócio é dividir a Igreja" (depoimento do Padre Xavier de Maupeou). Objetivo parcialmente bem sucedido como se pode depreender da seguinte declaração: "a CPT é um organismo que está sobrando" (Dom Adalberto Silva, bispo de Viana. **O Imparcial**, 28/04/82).²⁶ Recrudescia no Maranhão a campanha contra a Igreja progressista, defensora da Teologia da Libertação, acusada de fomentar os conflitos no campo. Campanha já denunciada pela CNBB em manifesto onde falava da "repressão aos trabalhos da Igreja comprometidos com os oprimidos" (IGREJA reclama de repressão. **Diário do Povo**, 29/06/80); campanha denunciada também a nível estadual: "o governador João Castelo é sabidamente hostil à Igreja, que, na sua miopia sociológica, considera culpada pelas tensões sociais que se manifestam no interior e na capital. Daí a freqüência com que padres e bispos são ameaçados e Igrejas invadidas no Maranhão, desde que ele assumiu" (IGREJA vs. Estado. **Diário do Povo**, 11/03/80).

Assim, a CETER iniciou seus trabalhos para "reconciliar a terra com o homem maranhense, o trabalho com o capital", convidando as entidades de apoio à luta dos trabalhadores rurais para reuniões onde se discutiriam as soluções para o problema fundiário. Quando elas não compareciam, o governador se encarregava de criticá-las, afirmando que as entidades "não desejam solução dos problemas", mas sim "dificultar o processo de regularização e conturbar a vida rural maranhense" para que seus membros "possam ter um permanente campo de cultura para desenvolver as suas ideologias" (CASTELO critica entidades que não buscam solução. **Diário do Povo**, 15/06/80). No entanto, o plano de intimidação e cooptação das entidades não foi um fracasso pois conseguiu angariar o apoio da FETAEMA e de dezenas de sindicatos rurais que, em reunião com o governador João Castelo, manifestaram "a sua crença na ação do governo para diminuir o clima de tensão que periodicamente cerca os lavradores" (Francisco Sales, presidente da FETAEMA. **O Estado do Maranhão**, 11/07/80); bem como aplaudiram a indicação do Padre Hélio Maranhão afirmando que "os conflitos de terra deverão ser atenuados pois sua atuação tem como prioridade assegurar ao trabalhador rural direito à posse de sua terra" (TRABALHADOR tem direito à terra. **O Jornal**, 21/05/80).

A CPT-MA, ao analisar as mudanças na política fundiária do governo, se posicionou através de um documento intitulado "Política Fundiária e CETER" (Julho/1980) do qual transcrevemos alguns trechos elucidativos de sua posição. "Não

²⁶Esta declaração, claramente contrária à realidade dos fatos, foi feita por um representante do clero conservador do Maranhão e, portanto, adversário da prática pastoral da CPT.

podemos nos calar quando mais uma vez o poder do Estado cria um organismo que tem como função abafar a voz do povo sofredor, quebrar sua organização, exterminar aqueles que resistem contra a situação escravizadora, possibilitar a expansão do capitalismo selvagem e facilitar a concentração da riqueza e do poder nas mãos de uns poucos que, ilegitimamente, deles se apoderaram e, mais necessário se torna o nosso protesto, porque, através do envolvimento de um monsenhor como presidente desse organismo, tenta-se aliar a Igreja e sua missão pastoral aos interesses dos grandes capitalistas... O monsenhor Hélio Maranhão emprestou a sua voz ao governo do Estado para abafar o grito do camponês". E sobre as reuniões com a CETER: "a intenção era óbvia: o órgão oficial tentara neutralizar a atuação destas entidades, aliando-as à sua linha política. A CETER não conseguiu manipular muitas destas entidades, entre elas a CPT-MA, porque negaram comparecer à reunião. Gravíssimo no entanto, é que a CETER conseguiu prender em suas malhas a diretoria da FETAEMA... Mais uma vez, como pode um monsenhor emprestar os seus serviços para tornar pelego um órgão de classe?".

Como está demonstrado pela análise acima, uma das principais formas de atuação da CPT-MA foi a denúncia das políticas oficiais favoráveis ao grande capital e em prejuízo das diversas categorias de trabalhadores rurais. Atividade consoante com o papel desempenhado pela Igreja durante a ditadura militar, de porta-voz dos oprimidos (ver cap. 2). As denúncias da CPT abrangiam também atos concretos de violência praticados por jagunços, pistoleiros e policiais contra os trabalhadores rurais, bem como as medidas tomadas pelo Poder Judiciário em favor dos latifundiários, tais como as ações de reintegração de posse e de despejo. Além destas denúncias, a CPT procurou desmascarar a omissão e, em muitos casos, a cumplicidade das autoridades federais e estaduais com o latifúndio, apontando que a impunidade existente em relação aos crimes cometidos em conflitos no campo se devia a uma opção política dos grupos dirigentes pelo capital.

Mas a atuação da CPT não se restringiu ao papel de denúncia (deveras importante), a entidade também desenvolveu atividades em outros campos. O próximo capítulo procurará analisar estas outras formas de trabalho da CPT.

5 "PORQUE O FILHO DO HOMEM NÃO VEIO PARA SER SERVIDO, MAS PARA SERVIR E DAR A SUA VIDA EM REDENÇÃO DE MUITOS" (MARCOS 10, 45): OUTRAS PRÁTICAS DA CPT-MARANHÃO

5.1 Assessoria Jurídica

Como analisado anteriormente, as articulações no 11º Encontro Provincial das CEB's evoluíram no sentido de destacar o papel de assessoria jurídica como a principal função da CPT-MA.²⁷ E efetivamente houve, nesses primeiros tempos, uma forte tendência da CPT se concentrar na atividade de apoio jurídico à luta dos trabalhadores rurais, com a contratação de vários advogados como assessores. Em um dos depoimentos se procura analisar a atuação desses advogados: "só depois de seu surgimento [da CPT] começou, a meu ver, a aparecer advogado não só capaz, mas sobretudo disposto a assumir causas desse calibre no Maranhão. A carência de advogados dessa espécie era tamanha que para a defesa dos padres José Antônio e Xavier foi preciso vir um de Fortaleza" (depoimento do padre Eider Furtado).

O envolvimento desses advogados se dava nos mais diversos tipos de casos: despejos de lavradores, prisões ilegais, espancamentos, mortes, grilagens, acompanhamento de processos. Por ocasião da edição da Lei das Ações Discriminatórias (Lei nº 6383/76), integrante da política de regularização fundiária do Governo Nunes Freire (ver capítulo 4), a equipe de advogados da CPT procurou criar condições para a habilitação de camponeses de diversas áreas nesses processos. Para termos uma idéia do "gigantismo" desses processos de habilitação, vejamos o seguinte depoimento (que embora diga respeito à atuação de outra entidade, a ACR-Bacabal, é perfeitamente válido também para a equipe jurídica da CPT-MA): "na época houve a grande discriminação das terras nos municípios de Lago da Pedra, Paulo Ramos, Luís Gonzaga e Lago do Junco" e o advogado Sandes Macedo "forneceu uma ajuda na legalização de direitos, entregou na Comarca de Vitorino Freire 1.200 processos de informação e direito de posse e propriedade de agricultores" (depoimento do frei Godofredo Bauerdick).

Esses advogados foram, em parte, responsáveis por algumas conquistas obtidas pela CPT-MA, especialmente nos processos de regularização das terras de trabalhadores de algumas áreas. O papel desempenhado por eles era deveras importante por dois motivos principais: em primeiro lugar, a "escassez" de advogados comprometidos com as causas populares e a falta de recursos financeiros faziam com que um grande número de sindicatos não dispusessem de advogados e a FETAEMA

²⁷Em função da falta de dados, não pudemos tratar mais extensamente da atividade de assessoria jurídica.

tivesse bem poucos;²⁸ em segundo lugar, é sabido que o Poder Judiciário estava comprometido politicamente com os interesses ligados aos latifundiários e quase sempre decidia em seu favor.

5.2 Pesquisa e Educação Popular e Sindical

Partindo do princípio de que sua intervenção na realidade deveria estar pautada pelo conhecimento da mesma realidade, a CPT-MA criou a pesquisa "Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense", desenvolvida entre dezembro/78 e maio/81.²⁹ O objetivo geral da pesquisa era "o conhecimento dos processos que se ligam às transformações econômicas e sociais em curso no campo maranhense, e às diferentes formas de resistência das várias categorias de trabalhadores rurais àquelas mudanças". Em termos de atuação, a pesquisa pretendia desenvolver um trabalho de educação popular, para o que era imprescindível a colaboração das entidades ligadas às lutas dos trabalhadores em cada região (Igreja local, CEB's, sindicatos, oposições sindicais, cooperativas e outras). As propostas gerais da pesquisa foram assim sintetizadas por um de seus integrantes (ENGLISH, 1981:2):

a) pesquisar com o povo, pelo povo:

- fazer um levantamento da problemática do campo e analisá-lo junto com a população rural;
- devolver ao povo uma reflexão sobre os seus problemas e as causas dos mesmos, contribuindo para uma ação positiva do povo.

b) pesquisar com as entidades do povo e por elas:

- a pesquisa é um trabalho autônomo da CPT, mas ligado às entidades do povo;
- acompanhamento da pesquisa pelas entidades.³⁰

Com o desenrolar dos trabalhos da pesquisa, esta tendeu a concentrar-se na atividade de educação sindical. Por outro lado, foi sentida a necessidade de elaborar materiais didáticos (tais como audiovisuais, folhetos, cordéis e filmes) adequados à realidade estadual, ou seja, que contemplassem as condições concretas de vida dos trabalhadores rurais de cada região do estado; esta necessidade surgiu da crítica aos materiais até então utilizados pela CPT-MA, os quais eram oriundos de

²⁸Em declaração a **O Imparcial** (30/09/77), o presidente da FETAEMA afirmou que a entidade não possuía uma estrutura suficiente (inclusive jurídica) para acompanhar os conflitos de terra. A questão reapareceu em uma Assembléia da FETAEMA com os sindicatos de trabalhadores rurais (STR's), onde os líderes sindicais discutiram a necessidade de aparelhar o movimento com uma assessoria jurídica (**O Estado do Maranhão**, 30/01/80).

²⁹A Equipe de Pesquisa/CPT foi formada por Bárbara Ann English, Maristela de Paula Andrade, José Murilo Moraes dos Santos e Ignez Oltromari, além de contar com a assessoria de Alfredo Wagner Berno de Almeida e Manuel Andrés Matto.

³⁰Para maiores detalhes sobre a pesquisa/CPT ver ENGLISH, 1981:1-3 e ANDRADE, 1982:9-11.

outros estados do país.³¹ Os resultados da pesquisa podem ser avaliados em relação a dois aspectos:

- a) sua contribuição positiva para a conscientização e organização dos camponeses: em grau diferenciado, em todas as áreas de atuação da pesquisa houve crescimento da organização popular, com a fundação de delegacias sindicais e a constituição de oposições sindicais;
- b) sua produção intelectual, consubstanciada nos oito volumes publicados pela CPT-MA (a lista completa dos volumes encontra-se na bibliografia deste trabalho).

O relato de uma dessas experiências de educação popular pode ser útil no sentido de clarificar a forma concreta assumida por este trabalho (embora não possa ser tomada como "modelo").³² Inicialmente, a pesquisadora se integrou a um trabalho de conscientização promovido pela Equipe Paroquial e CEB's já há três anos, trabalho que havia resultado na formação de uma chapa de oposição sindical em fevereiro de 1979 (chapa que perdeu as eleições). Firmada a disposição do grupo em continuar o trabalho de educação sindical, a pesquisadora se prontificou a colaborar no mesmo, fazendo em primeiro lugar um levantamento dos problemas relativos ao sindicato. A seguir, utilizando os materiais didáticos elaborados pela pesquisa, o trabalho de educação sindical se desdobrou em quatro etapas, a saber:

- 1. esclarecimento das diferenças entre sindicato e FUNRURAL, os quais eram confundidos na mente do trabalhador (as razões desta confusão serão analisadas posteriormente);
- 2. estudo da estrutura sindical e das decisões do III Congresso de Trabalhadores Rurais , promovido pela CONTAG em 1979;
- 3. aprofundamento dos problemas de cada categoria de trabalhadores rurais separadamente (proprietários, posseiros, agregados, mulheres) com a finalidade de sedimentar os laços de aliança entre as mesmas;
- 4. formação de delegacias sindicais, através de visitas aos povoados, campanha de sindicalização, eleição de delegados sindicais, legitimação dos mesmos junto ao sindicato.

Da análise desta experiência destaca-se um aspecto que é preciso ressaltar: não é possível separar o trabalho de educação popular desenvolvido pela CPT da colaboração das Igrejas locais e das CEB's. O pesquisador/assessor vai, enquanto as outras pessoas ficam e cabe justamente a elas dar continuidade ao

³¹Sobre o processo de elaboração de materiais didáticos pela pesquisa ver ANDRADE & SANTOS, 1981.

³²Esta experiência foi levada adiante no município de Riachão, sul do Maranhão, e contou com a participação da antropóloga Maristela Andrade. Ver ANDRADE, 1981:35-9.

trabalho. Este ponto foi avaliado no Encontro dos Trabalhadores Rurais (dezembro/1980) promovido pela equipe de pesquisa, em que os trabalhadores presentes concluíram que é "importante que o trabalho prossiga a despeito da ausência dos membros da pesquisa. Acharam inclusive que o **importante é conduzir o movimento autonomamente** da Igreja [e da própria CPT], de partidos políticos ou do governo" (OLTROMARI & ENGLISH, 1981:12-3, grifo nosso). Esta conclusão abre campo para inúmeras especulações sobre o trabalho educativo da CPT, nos dois níveis em que ele se desenvolve, o de formação de lideranças e o de educação de base (entendida aqui como educação dos trabalhadores nos seus próprios locais de trabalho e moradia, em seus povoados e comunidades).

Alguns dos depoimentos prestados a esta pesquisa fazem observações nesse sentido: "a CPT não conseguiu avançar na educação sistemática, mais permanente ... o que leva a **repensar hoje a questão do papel educativo da CPT**", pois ela acabou se concentrando muito nas ações de solidariedade aos lavradores nos momentos de conflito e nesta ação a entidade "tem uma experiência acumulada muito grande e sabe o que fazer" (depoimento do padre Cláudio Bergamaschi, grifo nosso). Ao avaliar a formação dos agentes de pastoral da CPT, um depoente considera que "talvez o cultivo, a formação permanente era o que ficava para **segundo plano** devido ao acúmulo de atividades. Mas sempre foi uma preocupação da CPT zelar pelo aspecto formativo, convidando assessores bons ou enviando agentes para programações da CPT nacional ou regional" (depoimento da irmã Ana Amélia, grifo nosso).

A atividade educativa da CPT, contudo, não se restringiu àquela desenvolvida pelo grupo de pesquisadores. A entidade também promoveu cursos, palestras e encontros em que se procurou formar lideranças populares e conscientizar os trabalhadores sobre seus direitos, sobre a questão da renda, do fôro e da posse, sobre o sindicato.³³ A área político-eleitoral foi objeto de reflexão quando da realização das eleições de 1978, momento em que a CPT lançou a cartilha "O Brasil é feito por nós"; nesta cartilha a entidade procurava orientar o povo para votar em candidatos que defendessem a luta dos trabalhadores, sem, no entanto, assumir qualquer posição político-partidária.³⁴ Com a reforma partidária de 1979, as preocupações se deslocaram para os novos partidos. Por exemplo, quando da realização do 21º Encontro Provincial das CEB's (julho/81), os participantes concluíram pela necessidade de entrar na política partidária e organizá-la "com a força das bases", terminando o

³³Um exemplo: a III Assembléia Estadual de Lavradores (1981), com a participação de 61 trabalhadores de 31 municípios. A assembléia teve o tema: "Delegacia Sindical, caminho para fortalecer o sindicalismo" e foi promovida pela CPT-MA (ALMEIDA, s.d.:17).

³⁴Sobre esta cartilha, consultar os seguintes jornais: **O Estado do Maranhão** (19, 22 e 24/09/78) e **O Imparcial** (20/09/78, 08/11/78 e 28/11/78).

encontro com uma pergunta decisiva: "nestes dias nós vimos a ação política e vimos a política partidária. Como vamos fazer um trabalho sem que uma coisa prejudique a outra?" (CLEMENS, sd:112-6).³⁵

5.3 Apoio à organização autônoma dos trabalhadores rurais

Concretamente, a atividade de apoio à organização dos trabalhadores está intimamente ligada à prática da educação sindical, a divisão que estabelecemos aqui é meramente para efeito de exposição. Porém, antes de analisarmos esta forma de atuação da CPT-MA, tentaremos traçar um breve esboço da evolução do movimento dos trabalhadores no campo maranhense durante a década de 70.

Após o golpe de Estado de março de 1964, foi desencadeado um processo de desarticulação do movimento organizado dos camponeses, processo feito através da repressão oficial, da intervenção nos sindicatos e da violência privada dos latifundiários.³⁶ No Maranhão, a repressão se abateu sobre a recém-fundada Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão (criada em fevereiro de 1964 e sucessora da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão/ATAM), que teve seus principais líderes presos e foi fechada, assim como inúmeros sindicatos (ALMEIDA, 1981a: 63).³⁷

O regime militar impôs ao movimento sindical rural duas modificações importantes. A primeira foi o estabelecimento do "sindicato único de base municipal que passou a congregar assalariados e pequenos produtores (rendeiros, parceiros, posseiros e pequenos proprietários)", com uma denominação uniformizada a nível nacional, de "Sindicato de Trabalhadores Rurais/STR" (NOVAES, 1991:177). A segunda modificação foi a criação, em 1971, do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL, mais conhecido como FUNRURAL, que significou a extensão da legislação trabalhista, já existente desde a década de 30 para os trabalhadores urbanos, aos trabalhadores rurais). Através dos convênios entre o PRORURAL e os sindicatos, os militares imprimiram uma forte marca assistencialista aos STR's. ³⁸ "De fato, na década de 70 foram fundados 46% dos 2732 sindicatos de trabalhadores rurais recenseados [no país] em 1989, e é possível relacioná-los com a

³⁵Nunca é demais lembrar que o Secretariado da CPT e a Coordenação das CEB's eram os mesmos nesse período.

³⁶A CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) sofreu intervenção, sendo indicado como interventor um sindicalista ligado aos grupos conservadores da Igreja em São Paulo (NOVAES, 1991: 176).

³⁷Uma das poucas, senão a única, experiência de organização sindical autônoma dos trabalhadores rurais do estado, no final da década de 60, ocorreu no Vale do Pindaré, onde foram criados os "sindicatos clandestinos" e em que se destacou a liderança do camponês Manoel da Conceição. Experiência que foi duramente reprimida pelos organismos policiais do Estado. Ver ALMEIDA, 1981a: 63-6.

³⁸Esses convênios estabeleciam que o acesso do trabalhador rural aos benefícios do FUNRURAL estava condicionado à assinatura pelo sindicato da documentação necessária.

busca de aposentadoria, pensões, auxílio-funeral, serviços de saúde" (NOVAES, 1991:178).

A CONTAG aceitou esse "fardo previdenciário", adotando-o como "tática" para estimular a sindicalização no campo, de modo que os sindicatos assistencialistas se constituíssem em sua principal base de sustentação. No Maranhão, a CONTAG estava presente desde 1967, através de uma Delegacia encarregada do trabalho de reconhecimento dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho; Delegacia que deixou de funcionar em 1972, quando foi criada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), a partir dos doze sindicatos então existentes no estado (ALMEIDA, 1981a:66-7). Dentro destes marcos, observa-se, no decorrer da década de 70, um crescimento extraordinário do número de STR's no estado, os quais em dezembro de 1980 já estavam organizados em 129 dos 130 municípios do Maranhão. Baseando-nos nos dados fornecidos por ALMEIDA (1981a:66-78), calculamos que, desses 129 sindicatos, pelo menos 90% foram criados sob a influência direta dos convênios com o FUNRURAL (daí serem conhecidos como SINDICATO-FUNRURAL, provocando a citada confusão entre os dois na cabeça do trabalhador).

Essas modificações trouxeram conseqüências importantes para o sindicalismo rural no estado. Em primeiro lugar, "foi desfeita a correspondência entre as áreas geográficas em que as agremiações se instalavam e os centros de luta e mobilização política [dos trabalhadores rurais]" (ALMEIDA, 1981a:69), ou seja, regiões do estado sem tradição de luta camponesa passaram a contar com um elevado número de sindicatos, enquanto outras, como por exemplo o Vale do Pindaré (palco dos "sindicatos clandestinos"), tinham poucos sindicatos. A segunda conseqüência foi que, em virtude das amplas possibilidades de manipulação clientelística dos recursos do FUNRURAL, os sindicatos passaram a ser alvo do interesse de grupos políticos, sendo, então, em grande número "absorvidos institucionalmente pelos esquemas de dominação política" e funcionando como redutos eleitorais da ARENA (ALMEIDA, 1981a:69). Além disso, gerou-se no campo uma "cultura sindical específica", em que o presidente do STR, em função dos recursos que administra, torna-se uma autoridade local e alimenta pretensões de permanência e ascensão na carreira sindical (NOVAES, 1991:182-3).

Os poucos sindicatos que permaneciam numa linha de autonomia e independência política, procurando levar adiante as lutas dos trabalhadores rurais, sofreram forte repressão, expressa através de intervenções (como ocorreu com os STR's de Imperatriz e Santa Luzia) e da violência policial e privada, culminando com

espancamentos, prisões e mortes de suas lideranças (caso do ex-presidente do STR de Imperatriz, João Palmeiras Sobrinho, assassinado em janeiro de 1975).

Foi dentro deste contexto que a atividade de apoio da CPT-MA à organização dos trabalhadores se desenvolveu. Os princípios orientadores dessa prática foram explicitados quando falamos da criação da CPT-nacional (capítulo 2), recapitulando: a CPT considera que os trabalhadores devem ser "sujeitos" da transformação social e sua atuação deve buscar fortalecer as suas organizações independentes. Essa consciência estava presente nos membros da CPT-MA e foi assim expressa por um deles: "a CPT não substitui o sindicato e nem procura criar um movimento católico de trabalhadores rurais para não esvaziar o sindicato" (depoimento do padre Cláudio Bergamaschi). Como foi salientado anteriormente, essa concepção do trabalho pastoral no campo diverge radicalmente daquela adotada pela Igreja Católica nas décadas de 50 e 60.

Uma análise dos depoimentos e das publicações da pesquisa/CPT aponta que a relação da CPT-MA com o movimento organizado dos trabalhadores rurais não foi uniforme, assumindo formas diferenciadas conforme a conjuntura política estadual e as características do movimento sindical em cada local de atuação da entidade. Passaremos, a seguir, a fazer um esboço dessas diversas formas de relação CPT/STR's:

1. nos casos em que o sindicato não existia, o trabalho da CPT se voltou para a fundação do mesmo. Um exemplo deste tipo foi dado em um dos depoimentos: em São Domingos do Maranhão, "os trabalhadores entraram numa luta contra os criadores de gado e isso os levou a fundar um sindicato", dois assessores da CPT "vieram para trabalhar com o povo para assegurar que eles criavam um sindicato que era deles mesmos e que questionava o trabalho sindical da época" (depoimento da irmã Judite Dalercio);
2. nas situações em que havia sindicatos comprometidos com a luta dos trabalhadores, a CPT procurou somar forças. Foi o caso de Coroatá, onde o sindicato "foi a maior força de apoio à luta pela terra" (depoimento dos lavradores Zé Timotio e Chico Amancio);
3. nos casos em que o sindicato não era comprometido (ou melhor, o sindicato era omissivo, se é que é possível tal posição) mas dava abertura para um trabalho conjunto, a CPT procurou colaborar com o mesmo, tentando aumentar a sua disposição de luta. Esta situação (que possivelmente ocorreu poucas vezes) apareceu em Barreirinhas: "a pesquisa entra ... no fim de 1979, com seus dados negativos sobre o sindicato, colhidos junto à população. No encontro de avaliação da primeira etapa da pesquisa, admite-se novamente que o sindicato precisa de

ajuda e apoio", na avaliação da pesquisadora, "não interessa a este pessoal a derrubada da cúpula ... em resumo, não concorda com a oposição sindical que racha a classe ... e sim acredita na educação sindical" (ENGLISH, 1981:24-7);³⁹

4. já na imensa maioria dos casos, de sindicatos pelegos (ou seja, desvinculados das lutas dos trabalhadores e ligados aos grupos políticos dominantes), a CPT apoiou o trabalho de organização das oposições sindicais. Diversas experiências desse tipo são relatadas: em Riachão (ANDRADE, 1981:35-9), em Bom Jardim (SANTOS, 1981:1-2), em Paraibano (OLTROMARI & ENGLISH, 1981:4-5), em Turiaçu (depoimento do lavrador João Teixeira).

Quanto à FETAEMA, a CPT buscou estabelecer laços de aliança baseados nas lutas concretas dos trabalhadores rurais, ao mesmo tempo em que procurou preservar sua autonomia, em suma, uma "colaboração com espírito crítico" (depoimento do padre Cláudio Bergamaschi).⁴⁰ Ao longo do ano de 1979 e início de 1980, evidencia-se uma relação mais estreita entre as duas entidades, consubstanciada na realização de várias ações em comum: manifestação de apoio à luta dos trabalhadores rurais em Santa Luzia junto com a CONTAG e 38 STR's (AGRICULTORES protestam em Santa Luzia. **O Imparcial**, 25/09/79); ações de solidariedade e mutirão para reconstrução das casas de 121 famílias despejadas em São Luís Gonzaga (LAVRADORES reúnem em mutirão e reconstróem casas incendiadas por grileiros em São Luís Gonzaga. **O Estado do Maranhão**, 20/11/79); Encontro de dirigentes sindicais, com o objetivo de discutir e questionar a ação sindical, com organização da FETAEMA e CPT (DELEGADOS sindicais questionam atuação em Itapecuru-Mirim. **O Estado do Maranhão**, 12/12/79); manifesto conjunto CONTAG/FETAEMA/STR's/CPT/SMDDH/FASE e outras entidades, denunciando a política oficial de apoio à grilagem (MANIFESTO acusa Castelo de ser pela grilagem. **Diário do Povo**, 27/03/80). Contudo, esta relação foi alterada a partir de meados de 1980, quando o governo João Castelo, com o objetivo de ampliar as suas bases políticas e minimizar a ação da Igreja (especialmente da CPT) no campo, criou a CETER: "a FETAEMA ficou presa ao governo João Castelo", e por isso houve o seu distanciamento da CPT (depoimento do padre Cláudio Bergamaschi). As relações entre a CPT-MA e a FETAEMA somente voltaram a ser "amistosas" por ocasião da Campanha pela Reforma Agrária, lançada em 1983 por diversas entidades, tais como CNBB, CPT, CIMI, CONTAG, ABRA, IBASE.

O resultado político da contribuição conjunta das entidades ligadas à Igreja (no nosso caso, analisamos apenas a contribuição da CPT-MA) para a organização

³⁹Particularmente, consideramos esta avaliação um "mar" de contradições.

⁴⁰A FETAEMA era freqüentemente criticada por alguns grupos organizados de trabalhadores e sindicatos, que a acusavam de ser pelega e comprometida com os latifundiários e o governo. Ver, por exemplo, **O Imparcial** (09/10/77) e **Diário do Povo** (17, 20 e 24/04/79).

dos trabalhadores rurais se evidencia já no final da década de 70, quando o movimento sindical rural parece estar alcançando um novo patamar em sua organização e capacidade de mobilização em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais do estado (estava dando um "salto de qualidade", no jargão da esquerda). "Com a grande concentração em Bom Jardim, em agosto de 1979, logo após o assassinato do lavrador Firmino Guerreiro pelo grileiro Antônio Abreu, o movimento sindical dos trabalhadores rurais... passou a responder com amplas mobilizações e assembléias abertas aos atos sanguissedentos e arbitrários praticados pelos grileiros e sua capangagem. Dirigentes sindicais e trabalhadores de diferentes regiões do estado se deslocaram para a área conflagrada e em praça pública discutiram abertamente os problemas que afetam a condição camponesa nos dias de hoje no Maranhão". Essa e outras manifestações semelhantes realizadas ao longo do período 1979/1981 contribuíram para "reforçar a solidariedade do movimento camponês a nível regional e no âmbito nacional" (ALMEIDA, s.d.:13-8).

Um analista do sindicalismo rural também destaca a importante contribuição da Igreja a nível nacional: "É sobretudo através da mediação de entidades confessionais que surgem, na década de 80, STR's novos resultantes de lutas pela permanência na terra".⁴¹ Para esse analista, a atuação da Igreja está ligada ao surgimento do "novo sindicalismo" (corrente sindical nascida nas lutas operárias do ABC paulista e que deu origem à CUT e ao PT) no campo, pois esse "novo sindicalismo" se fez "do encontro entre experiências locais (em que a explicitação de conflitos foi resultado do modelo de desenvolvimento do capitalismo no campo e da mediação da Igreja progressista) e as palavras de ordem (COMBATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO) gestadas nas experiências operárias do ABC paulista" (NOVAES, 1991:183-4). No Maranhão, é difícil precisar a contribuição específica da CPT para o "decolar" do "novo sindicalismo" no campo, principalmente porque a presença de assessores ligados ao PC do B fez com que a entidade assumisse, consciente ou inconscientemente, durante algum tempo, as palavras de ordem da "unidade sindical" (corrente ligada aos PC's e a sindicalistas que tentavam "modernizar-se", foi a origem da outra central sindical do país, a CGT).⁴²

Diante dessa conjuntura de crescimento do movimento dos trabalhadores rurais, não é de estranhar que os grupos dominantes estaduais utilizassem os recursos a sua disposição para combatê-lo e desmobilizá-lo. Enquadram-se dentro dessa estratégia o aumento da repressão oficial às lutas dos trabalhadores desencadeada pelo governo João Castelo, bem como a tentativa de cooptação das entidades via

⁴¹Para uma análise divergente, que conclui pela "fraca repercussão da ação da Igreja na transformação da realidade social [no campo]", ver PANINI, 1990:156-9.

⁴²Informações obtidas em entrevista com o padre Cláudio Bergamaschi.

CETER.⁴³ Foi também reforçada a já citada campanha "terrorista" contra a Igreja Progressista através da imprensa, em que bispos e padres eram atacados e chamados de "grileiros" e "subversivos rurais" (FREITAS, Antônio Pinto de. A grilagem está na Igreja de Turiaçu. **O Imparcial**, 29/03/80) ou onde se pedia a expulsão dos padres estrangeiros por se meterem em assuntos internos do país (INTROMISSÃO. **O Jornal**, 27/03/80).⁴⁴ Um articulista argumenta que a Igreja desenvolve um trabalho de "catequese revolucionária", sendo os padres estrangeiros "marxistas" que foram "contratados para agitar o campo e pregar a luta de classes" (BARROS, Adirson de. Igreja x Governo na área do campo. **O Estado do Maranhão**, 02/03/80). A Igreja também foi atacada em seu "calcanhar de Aquiles": a propriedade de terras. Este ponto era sempre levantado contra os trabalhos da Igreja Progressista, assim como a Igreja era freqüentemente acusada de ser latifundiária.⁴⁵

Além das agressões verbais, os agentes da Igreja foram alvo de agressões físicas. Apresentaremos, a seguir, um resumo de alguns casos, noticiados pela imprensa, de violência contra membros da Igreja Católica no Maranhão:

1. Turiaçu: atentado ao padre Antônio di Foggia, perpetrado pelo grileiro José Alves, em setembro de 1978. O padre desenvolvia atividades de apoio à luta dos posseiros da região, em constante conflito com os grileiros e criadores de búfalo. A Igreja organizou uma "vigília evangélica" em Turiaçu, contra as perseguições movidas por grileiros e policiais contra religiosos e lavradores. Desta vigília participaram o Arcebispo de São Luís, D. João José da Motta, e o Bispo de Cândido Mendes, D. Guido Casullo (também ameaçado), além de várias autoridades. Ao retornar a São Luís, o avião que transportava D. Motta sofreu uma queda, levantando a suspeita de sabotagem do avião. Afora o susto, não houve feridos no incidente (VIGÍLIA evangélica em Turiaçu. **O Imparcial**, 10/10/78).
2. Timbiras: chacina de lavradores no povoado "Lagoa", sendo o deputado José Lamar considerado como mandante. Por sua atuação em defesa dos lavradores, o

⁴³ A nível federal, a preocupação com o crescimento da luta social no campo levou à criação do GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), com jurisdição sobre o norte de Goiás, sul do Pará e oeste do Maranhão. O GETAT representou a "militarização" da questão agrária no país, pois ele estava diretamente vinculado ao Conselho de Segurança Nacional e à Presidência da República. Para uma análise do GETAT ver ALMEIDA, 1981c.

⁴⁴ Nesses artigos, a Igreja foi atacada na pessoa dos Bispos D. Guido Casullo (diocese de Cândido Mendes), D. Pascasio Rettler (diocese de Bacabal) e padres dessas dioceses, por atuarem em defesa de posseiros nos municípios de Turiaçu e Paulo Ramos. O ataque gerou uma imediata reação do corpo episcopal maranhense, que se solidarizou com os religiosos agredidos (ver **Diário do Povo**, 30/03/80 e **O Imparcial**, 09/04/80). A CPT e a FETAEMA, em nota conjunta, também se solidarizaram (**O Imparcial**, 14/03/80).

⁴⁵ Um exemplo: a FETAEMA, em declaração à imprensa, denunciou a venda de terras da Igreja pelo padre Francisco Damasceno (paróquia de Colinas), com a autorização do Bispo de Caxias, D. Luís Marelin, provocando indiretamente a ameaça de expulsão de mais de 100 famílias residentes na área. O motivo da venda teria sido o não pagamento de fôros à paróquia ("para o Santo") pelos lavradores (BISPO e padre grilam terras em Colinas. **O Imparcial**, 02/07/80). O padre acusado, ao contestar as declarações da FETAEMA, afirmou que vendeu as terras porque elas "têm produzido tudo para os moradores e nada para o dono [a Igreja] ... [diante desses fatos] Resolvi vender as terras. É um direito que assiste a qualquer proprietário. E por que não à Igreja?" (**O Imparcial**, 09/07/80).

padre Roberto (Coroatá) foi acusado de "comunista" pelo prefeito de Timbiras. A CPT-MA denunciou a invasão da igreja de Coroatá por policiais. O Arcebispo de São Luís, D. Motta, deslocou-se para a área conflagrada, prestando solidariedade aos lavradores (PREFEITO acusa padre de comunista. **O Imparcial**, 11/04/78).

3. Parnarama: homens armados liderados por Ferdinando Araújo Coutinho pressionam 600 famílias de lavradores de 12 povoados. O lavrador Antônio Francisco Lopes sofreu um atentado, mas escapou com vida. Um membro da CPT-diocesana de Caxias, Olinda Zago, foi ameaçada de seqüestro e violências sexuais. A CPT-MA, em nota distribuída à imprensa, se solidarizou com os lavradores e com a agente de pastoral (COMISSÃO Pastoral da Terra analisa problemas agrícolas. **O Imparcial**, 25/08/79 e LAVRADORES agredidos em Parnarama. **Diário do Povo**, 31/08/79).
4. Paulo Ramos: jagunços e policiais, a serviço do grileiro Rubert Macieira (ex-secretário da Fazenda do Piauí), invadiram o povoado de São José, incendiando a capela da comunidade e algumas casas de lavradores. Cerca de cinco mil pessoas participaram da missa convocada pelo Bispo de Bacabal, D. Pascásio Rettler, para protestar contra o atentado. Deste ato cívico-religioso participaram os padres de todas as paróquias da região do Mearim, além de delegações vindas de vários municípios maranhenses. Durante a missa, o bispo anunciou a excomunhão do ex-prefeito de Paulo Ramos (o grileiro Francisco Teixeira dos Santos), da juíza de direito da Comarca de Vitorino Freire (Maria Cecília Silva), do grileiro Rupert Macieira e outras pessoas envolvidas no episódio. Em nota à imprensa, o presidente da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, se solidarizou com os lavradores e o bispo. A FETAEMA e a CPT distribuíram nota conjunta denunciando o atentado (JAGUNÇOS incendeiam capela do povo. **Diário do Povo**, 16/03/80 e BISPO excomunga grileiros. **O Imparcial**, 18/03/80).
5. Esperantinópolis: o padre Sebastião Oliveira Sousa encaminhou uma carta pública à Secretaria de Segurança, denunciando a invasão por policiais da Casa Paroquial de "São Roberto", onde se realizava uma reunião com delegados sindicais. A carta foi lida na tribuna da Assembléia Legislativa pelo deputado Haroldo Sabóia, que manifestou sua solidariedade ao padre e denunciou os ataques à Igreja promovidos pelo governo João Castelo. O Bispo D. Pascásio Rettler encaminhou a denúncia à CETER (PADRE denuncia a política de Esperantinópolis. **O Estado do Maranhão**, 22/06/80).
6. Viana: o deputado Haroldo Sabóia denunciou na Assembléia, a prisão arbitrária do padre Eider Silva, mantido incomunicável na cadeia local, pelo delegado de polícia de Viana, em cumprimento à orientação dada pelo Bispo D. Adalberto Silva. O deputado salientou também que, sobre o bispo, "pesa a acusação de ser colaborador dos órgãos de informação do governo e defensor de grileiros"

(DEPUTADO denuncia prisão arbitrária de padre. **Jornal do Povo**, 28/05/80). [Este episódio relaciona-se com o já mencionado conflito na diocese de Viana].

Algo de **novo** estava ocorrendo no campo maranhense e esse **novo** era suficientemente forte para incomodar os "donos do poder", tanto secular quanto eclesiástico.

6 PROBLEMAS E DESAFIOS DA CPT NO MARANHÃO

6.1 As divergências internas da Igreja

A análise deste ponto, revelou-se-nos particularmente difícil devido a algumas características da Igreja enquanto instituição que convém ressaltar: primeiro, a estrutura centralizada da Igreja concede aos bispos a total responsabilidade pela orientação pastoral em sua diocese, de modo que uma análise mais abrangente da questão exigiria um estudo aprofundado a nível da relação CPT/hierarquia em cada diocese; segundo, a Igreja procura passar, externamente, uma imagem de "unidade de pensamento e ação",⁴⁶ resultando daí que boa parte de seus documentos surgem da tentativa de conciliar posicionamentos divergentes dentro da instituição (agradando a "gregos e troianos", quando possível), o que faz, por sua vez, com que bispos assinem declarações consideradas "progressistas", sem que tenham a mínima disposição de implementá-las em suas dioceses; terceiro, são bem poucos os bispos declaradamente conservadores, a maioria dos que têm essa posição se mantém aparentemente "neutros", ao mesmo tempo em que age, por assim dizer, "subterraneamente" contra o avanço dos trabalhos pastorais progressistas. Consciente dessas dificuldades, tentaremos elaborar um breve esboço das relações CPT/hierarquia no caso do Maranhão.

A CPT-MA, além de experimentar conflitos por sua atuação com vários setores da sociedade, também os vivenciou dentro da própria Igreja, como reconhece em um de seus documentos: "não nos admiramos disso, pois somos conscientes que, sendo Igreja, e procurando dar uma contribuição na transformação da sociedade, temos que enfrentar problemas semelhantes na estrutura da Igreja" (PASTORAL faz balanço sobre a luta do lavrador pela posse e uso da terra em 79. **O Estado do Maranhão**, 30/12/79). Esses problemas residiam especialmente (mas não

⁴⁶Um exemplo é o artigo "Os Problemas da Terra e as 'Posições' da Igreja", publicado no **Jornal do Maranhão** (de responsabilidade da Coordenação Pastoral da Arquidiocese de São Luís, 01/05/78), que afirma: "a verdade é que não se pode falar em 'uma posição da Igreja', mas sim nas 'posições das Igrejas' ... Mas se formos procurar através das várias manifestações conjuntas ou isoladas, iremos encontrar **uma certa coerência** na tomada de posições, seja através de cartas pastorais ou de simples manifestações" (grifo nosso). Como demonstramos, a Igreja não teve uma posição "coerente" e unívoca na sua atuação pastoral no campo desde a década de 50.

exclusivamente) nas relações da CPT com a hierarquia eclesiástica, sendo apontados em alguns depoimentos: nessa "época dura mas profética ... o grande sofrimento foi a divisão da Igreja que, infelizmente, continua" (depoimento do padre Xavier de Maupeou); ou então "o episcopado em geral não tinha amadurecido o problema da terra" (depoimento do padre Victor Asselin). Dentro da cúpula eclesiástica, posições conflitantes se manifestavam em relação à CPT: desde a sua negação, como defendia o conservador D. Adalberto Silva (Bispo de Viana), o qual declarou que a CPT estaria "sobrando"; até a preocupação com a falta de compromisso com a fé da Igreja de alguns componentes da CPT, como afirma em seu depoimento D. Rino Carlesi (Bispo de Balsas): "houve uma época quando houve uma certa desconfiança sobre alguns elementos que trabalhavam na CPT e não apresentavam também uma motivação de fé nos trabalhos que estavam fazendo. Pareciam discípulos de Marx em toda a linha" (vale notar que a "desconfiança" não era infundada pois havia assessores da CPT-MA ligados ao PC do B).

Contudo, essa "desconfiança" foi sendo parcialmente superada, na medida em que os conflitos de terra se espalhavam pelo Maranhão e, cada vez mais, a Igreja se defrontava com os casos de violência contra lavradores. Esta situação levou muitos padres e bispos a repensarem a sua concepção da CPT como uma entidade radical e que tendia a exagerar as dimensões do conflito no campo; como analisa o padre Cláudio Bergamaschi em seu depoimento: "muitos padres e bispos das dioceses começaram a 'acordar' para a realidade". Desse modo, crescia o compromisso de parte da Igreja do Maranhão com as lutas dos trabalhadores rurais, ao mesmo tempo em que crescia o apoio da hierarquia à atuação da CPT. Esse apoio era manifestado quer de forma individual, como no seguinte pronunciamento: "a CPT tem um comportamento libertador e é o órgão mais ativo na defesa dos lavradores" (D. Pascásio Rettler, Bispo de Bacabal. **O Imparcial**, 21/11/78);⁴⁷ quer de forma coletiva, como por ocasião da Assembléia Ordinária da Província Eclesiástica do Maranhão (novembro/79): "os bispos continuam dispostos no seu trabalho de conscientização dos oprimidos, para que cresça, sem violência, formas de pressão, na defesa dos seus direitos, e que daí se possam alimentar esperanças de que providências sejam tomadas pelas autoridades" (D. João José da Motta, Arcebispo de São Luís. **O Imparcial**, 23/11/79). No documento "A Problemática do Homem do Campo" (Carta

⁴⁷Este posicionamento não o impediu, porém, de priorizar a organização da ACR em sua diocese, pouco tempo depois. A ACR, em termos de concepção política, diverge da CPT, pois pretende ser um movimento militante de trabalhadores rurais católicos e, nesse sentido, "concorrer" com outras orientações políticas presentes no movimento organizado dos trabalhadores rurais, especialmente as orientações de esquerda (socialistas). Essa preocupação com o avanço da esquerda no campo foi expressa pelo bispo em audiência com o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel: "se os conflitos sociais no interior do Maranhão não forem resolvidos mediante uma reforma agrária, poderá ocorrer no país uma revolução como a de Cuba" (BISPO: sem reforma, Cuba vai se repetir no Maranhão. **Diário do Povo**, 22/03/80). Apesar dessas grandes diferenças de concepção, D. Pascásio Rettler pode ser seguramente considerado um dos bispos mais comprometidos com as lutas do homem do campo no Maranhão.

Pastoral dos Bispos da Província Eclesiástica de São Luís do Maranhão, 1978, p.3), o mais importante documento produzido pela Igreja maranhense no período, se reitera o compromisso da maioria do episcopado: "como Pastores, não podíamos fechar os olhos. Fomos descobrindo, e também analisando fatos e causas, e nos parecem urgente e necessário aproveitar os serviços da Assessoria do Plano de Pastoral da CNBB, através da Comissão Pastoral da Terra, instalada na Província Eclesiástica. Na reunião provincial de junho do ano passado, assumimos o compromisso de lhe dar pleno apoio e efetiva colaboração".

Assim, de um modo geral, podemos afirmar que um bom número de bispos maranhenses efetivamente se comprometeu com o apoio à luta dos camponeses no estado, mesmo que não compartilhassem, necessariamente, dos ideais de transformação social propugnados pelos setores progressistas. A motivação fundamental para a ação social dos bispos foi, no nosso entender, a concepção de que, enquanto "Pastores do Povo de Deus", não poderiam calar-se e ficar indiferentes diante das injustiças, ou seja, o seu posicionamento era meramente um resultado da conjuntura política opressiva e não da fidelidade a um projeto político libertador. Apesar destas limitações, vários bispos manifestaram o seu apoio à luta dos lavradores, através de diversas ações concretas, tais como:

- a) presença nas áreas de conflito, dando solidariedade ativa aos lavradores;
- b) encaminhamento de denúncias para a CNBB, o governo estadual e o governo federal;
- c) tentativas de "sensibilização" das autoridades para a situação do trabalhador rural;
- d) solidariedade aos religiosos agredidos por suas ações em defesa dos lavradores.

6.2 **A relação com o movimento sindical rural**

Numa visão bastante crítica, PANINI (1990:157-8) levanta duas questões que seriam fundamentais para uma análise das relações da CPT com o movimento dos trabalhadores rurais:

- a) apesar de sua orientação de contribuir para a transformação dos camponeses em "sujeitos" de sua própria história, a entidade seria "contraditória" em sua prática, pois "diante da 'lenta caminhada' dos camponeses, ela se arroga o direito de assumir o lugar deles, apresentando-lhes 'receitas' prontas e soluções próprias para a problemática rural", assumindo desta forma "uma postura seguramente paternalista";
- b) frente à existência de diversos grupos com atuação na área rural, a pesquisadora se interroga até que ponto eles estariam "livres da 'concorrência', livres de

interesses pessoais e procuram somar esforços em apoio gratuito à causa dos camponeses".

As limitações deste trabalho de pesquisa não nos permitem avaliar em profundidade estas duas questões. Porém, podemos jogar mais "lenha na fogueira", levantando alguns dados que podem contribuir na elucidação das mesmas.

Em primeiro lugar, por sua atuação destacada na defesa dos trabalhadores rurais, a CPT-MA passou a ser considerada pelos órgãos governamentais como um dos possíveis interlocutores quando da discussão da problemática do campo. Esta a razão dos insistentes convites à entidade para participar de fóruns e negociações: o monsenhor Hélio Maranhão (presidente da CETER), em entrevista a **O Imparcial** (04/06/80), revelou que esperava o apoio da CPT e a sua participação nas reuniões a serem promovidas pelo organismo; a comissão do GETAT pediu a "colaboração de todas as maneiras possíveis" de todos aqueles ligados aos conflitos no campo, aí incluída a CPT (**O Imparcial**, 16/02/80); o presidente da COLONE, ao promover um seminário de avaliação da Colonização do Alto Turi, arrolou a CPT como uma das instituições "cujas presenças são consideradas indispensáveis ao êxito da promoção" (**Diário do Povo**, 24/11/79). Desse modo, a CPT-MA estava se credenciando enquanto representante "oficiosa" dos trabalhadores rurais junto ao governo. A atribuição desse papel à CPT, o qual não constava em suas estratégias de ação, foi rechaçada pela entidade através de pronunciamentos na imprensa: a CPT "não tem nenhuma pretensão de chamar a si as graves responsabilidades de buscar soluções concretas para o problema fundiário que é uma obrigação do governo, a CPT se propõe a prestar colaboração ao lavrador a fim de que venha ele a se tornar um povo grande" (COMISSÃO Pastoral da Terra esclarece. **O Estado do Maranhão**, 09/10/79); ou então, "não nos constituímos num grupo de trabalho para emitir indevidamente reivindicações em nome do povo" (CPT contesta ação atribuída ao governo. **Diário do Povo**, 04/10/79). Portanto, a CPT elaborou um discurso que negava a validade dela tornar-se uma mediação política do movimento dos lavradores, em lugar da "função de serviço" à qual ela se propunha.

Por outro lado, um dos depoentes reconhece que, realmente, "a CPT tomou iniciativas de dar apoio externo aos lavradores, sem discutir com eles", iniciativas de denúncia ou de ações junto aos bispos e ao governo, mas "nas lutas localizadas não se tomou decisões sem consultar os lavradores ... houve sempre muita atenção quanto a isto" (depoimento do padre Cláudio Bergamaschi). Por sua vez, o presidente do STR de Santa Luzia (Honorato Santana de Oliveira), em entrevista ao jornal **Diário do Povo** (23/03/80), destaca a importância do apoio da CPT e da FETAEMA, porém termina sua declaração lançando uma advertência sem "endereço" definido: "tem muita gente

que não conhece o trabalhador rural, que hoje já alcançou um nível de compreensão sobre os seus problemas e não aceita ser joguete nas mãos de aproveitadores, ou seja, não aceita mais ser usado como instrumento de interesses escusos". Apesar de não ter sido possível localizar o "endereço" da advertência, ela parece-nos indicadora da existência de conflitos entre as entidades com atuação no campo, conflitos nos quais a CPT estava envolvida, como veremos a seguir.

6.3 A relação com os partidos políticos de esquerda

Um outro problema vivenciado pela CPT-MA neste período foi a atuação dentro da entidade de militantes (na condição de assessores) ligados a partidos de esquerda, especialmente ao PC do B. Colocado na "clandestinidade" e duramente perseguido pela ditadura, este partido buscou manter seu espaço de atuação junto aos setores populares, entre outras coisas, através da "infiltração" de seus militantes em organismos legais que desenvolvessem ações ligadas às lutas da classe trabalhadora.

Apesar da importante contribuição dada aos trabalhos da CPT-MA por esses militantes de esquerda, a sua presença gerou sérias divergências dentro da entidade, levantando a discussão sobre a relação da CPT com os partidos de esquerda. Reflexões sobre essa questão e suas implicações no trabalho da CPT aparecem em alguns depoimentos: "a CPT na sua história passou por todas as lutas dos movimentos populares ... mas infelizmente foi o palco também de todas as divisões das esquerdas, divisões que atrapalham muito a libertação dos oprimidos" (depoimento do padre Xavier de Maupeou). "Até 78/79 os conflitos ideológicos não apareceram tanto. Porém no ano 79 conflitos começaram a aparecer entre FASE-sindicato Santa Luzia- CPT- agentes de pastoral trabalhando na Pará-Maranhão. Não podíamos bem identificar a natureza do conflito pois até esse momento todas essas pessoas se tinham entendidas e não havia motivo aparente de conflito. Foi só depois que entendemos que se tratava da atuação do PC do B" (depoimento do padre Victor Asselin). [Localizamos, enfim, o "endereço"!]

Essa movimentação não passou despercebida à hierarquia eclesiástica no Maranhão: "até o Arcebispo Dom Motta me perguntava sobre a presença e a ação do PC (do B, Partidão, etc.) dentro da Igreja" (depoimento do padre Xavier de Maupeou). A hierarquia se posicionou de modo contrário a essas ligações, conforme ressalta de outro depoimento: "o episcopado em geral ... não queria ouvir falar da possibilidade de coexistir com partidos políticos de esquerda" (depoimento do padre Victor Asselin). Aliás, o problema da relação com partidos políticos foi geral em toda a Igreja brasileira a partir do avanço da "abertura democrática" (especialmente depois da reforma partidária de 1979), que colocou a Igreja Católica diante de uma "encruzilhada": de um

lado, o trabalho do setor progressista assinalava o caminho do "engajamento" dos cristãos nos novos partidos, entendidos como espaço de militância e de luta pela transformação social; de outro, a Igreja-instituição, diante da mudança das condições históricas, não aceitava essa militância partidária de suas bases e nem eventuais ligações com os partidos de esquerda. Essa questão foi objeto de reflexão do próprio Papa João Paulo II que, em sua "Carta aos Bispos do Brasil" (dezembro/80), considerou que "mais grave seria a **perda de identidade** se, a pretexto de atuar na sociedade, a Igreja se deixasse dominar por contingências políticas, se ela se tornasse **instrumento de certos grupos** ou passasse seus programas pastorais, seus movimentos e suas comunidades à disposição ou **à serviço de organizações partidárias**" (citado por CAVA, 1988:255-6, grifo nosso).⁴⁸ Neste ponto, os interesses institucionais da Igreja falavam mais alto e, transformadas as condições conjunturais que a haviam colocado em rota de colisão com o Estado, a Igreja não pretendia levantar obstáculos a uma provável reaproximação com o bloco de poder dominante.

Internamente, a CPT-MA se viu abalada e dividida pela atuação dos assessores ligados ao PC do B. "Ficou ruim quando, a partir da chamada distensão democrática, apareceram as primeiras articulações sindicais com posicionamentos ideológicos, onde estava presente o jogo de poder dos partidos para conquistar a hegemonia nesses movimentos a nível nacional" (depoimento do padre Cláudio Bergamaschi). Dentro da disputa entre as duas grandes correntes sindicais do período (o "novo sindicalismo" e a "unidade sindical"), os "comunistas da CPT" influenciaram a entidade no sentido de pender para a defesa das posições da "unidade sindical".⁴⁹

Para um setor da CPT, a atuação desses militantes partidários na entidade foi progressivamente sendo encarada como um caso de "aparelhamento"⁵⁰: "a coisa mudou quando descobri que os militantes se aproveitavam do espaço grande que a CPT oferece junto aos lavradores e a cobertura da Igreja para criar núcleos de militância partidária" (depoimento do padre Cláudio Bergamaschi). Esse setor também discordava do que analisava como a "prática radical e vanguardista" do PC do B, a qual se afastaria dos objetivos da CPT.⁵¹ Já o outro setor, avaliava a presença desses

⁴⁸A preocupação papal com a "perda de identidade" da Igreja não era infundada, pois a reforma partidária semeou militância nos novos partidos nas CEB's de todo o país. Estudando o caso de São Paulo, CAVA (1988:255-8) indica que, no momento da criação do PT, este partido era identificado como o "partido da Igreja" ou, no mínimo, o "partido das CEB's".

⁴⁹Segundo o padre Victor Asselin, esta influência teria sido mais forte durante o período da coordenação do padre Xavier de Maupeou (80/82), quando o PC do B teria dado "um golpe dentro da CPT". Particularmente, não temos condições de avaliar a veracidade desta afirmação.

⁵⁰Embora não conste do Aurélio, no jargão da esquerda "aparelhar" uma entidade significa transformá-la num instrumento de transmissão das concepções políticas de um partido qualquer.

⁵¹Numa análise da conjuntura política do final da década de 70, a VII Conferência Nacional do PC do B (1978) avaliou que a situação política do país se agravava e que estaria "em gestação no país uma situação revolucionária"; a partir dessa conclusão o partido deveria ser mais "ofensivo" e defender a criação de "um novo regime de democracia

assessores sob o ponto de vista técnico [desligado de considerações políticas?]: durante a coordenação do padre Xavier de Maupeou, "a equipe de assessores foi mantida com o apoio da Assembléia Geral e Anual da CPT com o critério que não se deve julgar um assessor sob uma pretendida, conseqüentemente existente ou não existente, filiação ao PC do B e outros partidos. O assessor deve ser julgado sobre sua capacidade técnica, sobre seu desempenho no serviço do povo e dos seus organismos, sobre seu respeito à Fé do povo e sobre sua lealdade aos objetivos da CPT" (depoimento do padre Xavier de Maupeou).

O conflito entre essas duas linhas de pensamento terminou com a "vitória" do primeiro grupo, quando da indicação do padre Cláudio Bergamaschi para coordenador da CPT-MA no início de 1982. Desde então, a influência dos assessores ligados ao PC do B foi sendo diminuída, começando pela cassação do seu direito de voto nas Assembléias da CPT com a adoção do critério de que só votaria "quem partilha a mesma fé e eclesialidade da Igreja" [ou seja, quem apresentasse "carteira de identidade ideológica" cristã], e terminando com a demissão de vários assessores, a partir da compreensão de que "depois da distensão democrática de 1982, não havia mais motivação para que pessoas de partidos de esquerda ficassem dentro da CPT para militância partidária... era necessário separar as duas coisas neste caso" (depoimento do padre Cláudio Bergamaschi).

Sobre este ponto, algumas ponderações merecem ser feitas. Em primeiro lugar, não é possível separar o procedimento adotado neste caso de considerações de ordem ideológica: mesmo os setores progressistas da Igreja parecem considerar os comunistas como "concorrentes" em potencial e que, por sua concepção de mundo oposta a da Igreja, disputam a hegemonia no seio das camadas populares. Convém ressaltar que este posicionamento não se constitui numa posição propriamente anticomunista, pois os progressistas da Igreja têm os comunistas como possíveis aliados na luta popular; mas sim, numa delimitação de espaços, em que se procura salvaguardar os instrumentos da pastoral de influências "alienígenas". Segundo, embora não tenhamos dados para afirmá-lo, o afastamento dos militantes do PC do B pode estar ligado a uma inclinação da CPT-MA em favor do "novo sindicalismo" e, conseqüentemente, ao estabelecimento de relações mais estreitas com militantes do PT (os quais, em sua grande maioria, não têm divergências ideológicas profundas com a Igreja). Por último, mas não menos importante, um dos "germes" dos conflitos com sindicatos e partidos estava presente, em forma "embrionária", no próprio discurso fundador da CPT, o qual é contraditório. Expliquemo-nos melhor.

popular", instalado através de uma revolução (LIMA, 1985:26). Em termos práticos, esta resolução significava que os militantes do partido deveriam "radicalizar" a sua ação em seus diferentes setores de atuação.

Quando de sua criação, a CPT formulou as razões de seu nascimento em torno de dois eixos fundamentais: de um lado, se apontou a necessidade da CPT constituir-se como uma entidade de apoio às lutas e às organizações autônomas dos trabalhadores rurais (a chamada **função de serviço** da CPT); do outro, destacou-se o papel de **suplência** da CPT, pois a mesma foi criada numa conjuntura ditatorial, de repressão aos sindicatos e inexistência de liberdade partidária. Ora, se a CPT é suplente, isto quer dizer que ela não é simplesmente uma entidade de apoio, mas sim um "substituto" (ainda que temporário, teoricamente) das organizações autônomas dos trabalhadores rurais. Esta concepção permitiu que o leque de atividades desenvolvidas pela CPT fosse abrangente o suficiente para entrar no campo de atividades tradicionalmente "reservadas" a sindicatos e partidos. Mais, o auto-atribuído papel de suplência acabou por se desdobrar na necessidade da entidade formular um projeto político para o movimento camponês, ainda que esse projeto seja baseado na negação (do capitalismo, do Estado, das políticas de terra, etc.). Aqui a contradição reaparece sob uma nova forma: se, afinal de contas, a CPT é uma entidade de apoio (de serviço), ela não deveria apenas incorporar o projeto formulado pelas organizações populares, ou, na melhor das hipóteses, colaborar na elaboração do mesmo? Estas contradições afloraram no momento em que partidos e sindicatos, já contando com alguma liberdade política, passaram a reivindicar a ocupação dos "seus espaços", espaços até então ocupados pela CPT. Foi justamente neste momento que as dificuldades de relacionamento da CPT com partidos e sindicatos se evidenciaram, pois os mesmos passam a ter a CPT como uma eventual "concorrente". A busca de uma "solução" para este quadro de contradições e conflitos passou a ser uma constante na CPT por volta de 1980/81 e acabou por gerar certa perplexidade entre os seus agentes. Perplexidade estampada em depoimentos como estes: "quando os políticos e sindicalistas reencontraram uma certa liberdade de expressão e organização, a CPT não devia mais assumir este trabalho de suplência. Como as CEB's, a CPT não me parece ter reencontrado sua razão de ser, não encontrando a maneira de ser Igreja ao lado, ou melhor, dentro de sindicatos e partidos políticos livres... [que não precisavam] mais da proteção da Igreja" (depoimento do padre Xavier de Maupeou). Ou, "o nosso desafio como órgão de Igreja era de definir mais claro o nosso 'específico' como a gente dizia, e como definir o nosso relacionamento com grupos políticos que visavam os mesmos objetivos mas com ideologia e estratégia diferentes" (depoimento do padre Victor Asselin).

Estes depoimentos, mesmo apontando diferentes perspectivas futuras para a CPT (o primeiro defendendo a desocupação do "espaço" dos partidos e sindicatos, enquanto o segundo coloca a questão da coexistência a partir da descoberta de um *locus* específico da CPT), não conseguem fugir ao quadro teórico-conceitual utilizado desde o princípio. Da mesma forma, sindicatos e partidos também ficaram

aprisionados a este esquema tradicional de pensar as formas organizativas dos trabalhadores; assim como alguns analistas, como por exemplo, CAVA (1988:246): "Ou refletirão estas novas organizações [CPT, CIMI, etc.] um esforço genuíno da Igreja para acompanhar o ritmo das dramáticas mudanças nas relações de classe atualmente em curso e que, com o tempo, **darão lugar a grupos de interesse mais apropriados**, como um partido operário ou sindicatos rurais?" (grifo nosso).

No nosso entender, a raiz de todos os posicionamentos descritos acima reside numa incompreensão da natureza histórica do processo social, aliada à incapacidade de estabelecer a crítica dos "dogmas" da esquerda (neste caso, o "dogma" de que a luta política dos trabalhadores pela libertação social passa exclusivamente pela condução de partidos e sindicatos). A análise das lutas sociais aponta que, historicamente, as formas organizativas assumidas por elas são múltiplas, existindo todo um leque de opções aberto à criatividade popular, que não se restringe às formas tradicionais herdadas do final do século passado (sindicatos e partidos). Assim, de acordo com as necessidades da luta, são criadas organizações de novo tipo, do que um bom exemplo é o aparecimento das chamadas organizações não-governamentais (ONG's) na atualidade. Por outro, a análise da experiência da CPT aponta-nos que o diálogo dos teólogos da Igreja Progressista com as ciências sociais e o marxismo não trouxe somente contribuições em termos de instrumental teórico para a análise da realidade, trouxe também alguns "dogmas" que a Teologia da Libertação incorporou acriticamente e que foram repassados para as organizações influenciadas por esta teologia. Mesmo quando se reconhece a **novidade** das organizações ligadas à Igreja (como CEB's, CPT, etc.), estabelece-se uma hierarquia de importância que acaba por subordinar teórica e praticamente estas novas organizações a sindicatos e partidos. Desse modo, quando a CPT se defrontou com o fato de que a sua prática ultrapassava os limites estabelecidos por seu discurso fundador (como por exemplo, na organização das oposições sindicais, que significa concretamente uma interferência na estrutura sindical e abre a possibilidade da CPT se tornar um pólo aglutinador dessas oposições, uma espécie de "corrente" sindical), a entidade não contava com um instrumental teórico a partir do qual pudesse interpretar sua prática. Daí a perplexidade, a busca de um *locus* específico, um certo tatear no "escuro" que caracterizam as reflexões da CPT sobre si mesma durante este período, e, talvez, mesmo na atualidade.

7 CONCLUSÃO

Poucas conclusões e muitos questionamentos. Esse é o balanço desta tentativa de resgatar a identidade da CPT-MA. Como esta monografia faz parte de um projeto mais abrangente de História da CPT a nível nacional e, além disso, é limitada em termos temporais, não pudemos formular uma apreciação de conjunto sobre a atuação da CPT para a partir daí retirar conclusões "definitivas". Aliás, consideramos que uma tentativa pessoal e isolada inevitavelmente cairia no vazio, pois a CPT é essencialmente fruto do trabalho de homens e mulheres que corajosamente apostam na possibilidade da transformação social a partir de uma ótica religiosa. A reconstrução da identidade da CPT constitui-se, assim, numa tarefa coletiva, a ser empreendida por todos aqueles que estão envolvidos com a entidade e com seu ideário. O "olhar" acadêmico realizado por nós nesta monografia não se pretende portador da "verdade", mas apenas um instrumento que contribua para uma análise crítica e polêmica da CPT, de suas contradições e limites, mas também de suas potencialidades e alternativas. Suscitar o debate através de um "mergulho" na história, esse é o nosso desafio.

Começamos relembando as questões levantadas por CAVA em relação à CPT: ela é um "novo" instrumento para controlar "velhas" clientelas rurais da Igreja? Ou é realmente parte de uma alternativa transformadora da sociedade? A CPT é transitória (ou seja, é um substituto temporário de partidos e sindicatos) ou tem um caráter permanente? Para responder a estas questões é preciso diferenciar dois níveis de análise: a CPT enquanto parte da Igreja-instituição e a CPT como expressão de uma corrente do catolicismo, a Igreja Progressista. Analisada a partir desta distinção, a dinâmica de atuação da CPT aparece como essencialmente contraditória. Vejamos o porquê.

A Igreja Católica Romana, como toda instituição, tem objetivos nítidos de permanência e longevidade. Esses objetivos, duramente perseguidos ao longo da história, foram responsáveis por sua existência de quase dois mil anos. Concretamente, eles se desdobram em dois aspectos principais: primeiro, a Igreja tem uma "vocação" para o poder, ou seja, a instituição, onde quer que se faça presente, procura ligar-se aos grupos dominantes e constituir-se ela própria parte do poder hegemônico; segundo, a Igreja se pretende universal, estendendo a sua ação às diferentes classes e categorias sociais, como forma de garantir a sua perpetuidade. Em relação ao primeiro aspecto, nos parece provável que as condições históricas que criaram o conflito Igreja/Estado durante a ditadura militar foram meramente conjunturais e que, ao findar-se esse período, a Igreja começou a buscar a reaproximação com o poder. Essa hipótese, no caso específico do Maranhão, pode ser

testada a partir da análise da ação do episcopado: como vimos, uma grande parte dos bispos se comprometeu com as lutas dos trabalhadores rurais no período 1976/81, mas, perguntamos, e depois? Quanto ao segundo aspecto (a pretensão de universalidade da Igreja), consideramos que a instituição tem suficiente clareza dos riscos advindos de sua ausência do campo (especialmente a perda de fiéis para outras confissões religiosas); essa consciência dos riscos coloca a necessidade de desenvolver um trabalho pastoral de forma permanente junto aos trabalhadores rurais. Assim, de um ponto de vista institucional, a atuação da CPT se enquadra perfeitamente na estratégia de presença junto às "velhas" clientelas rurais da Igreja. Nessa ótica, a CPT é necessária e importante, mas não imprescindível, pois ela pode ser perfeitamente substituída por uma outra entidade qualquer ligada à Igreja (entidade que pode ser, inclusive, destituída de preocupações transformadoras).

O segundo nível de análise adotado (a CPT enquanto parte integrante da Igreja Progressista) nos conduz a conclusões opostas. A Teologia da Libertação foi formulada a partir de um desejo sincero de mudança, de redefinição do perfil da Igreja, renovando a sua prática e suas alianças, que agora passam a ser buscadas nas camadas populares, nos seus interesses e aspirações. Segundo este ponto de vista, a CPT representa um canal de ligação indispensável com as massas populares do campo, exercendo a sua "função de serviço" com a finalidade de fortalecer as organizações autônomas dos trabalhadores rurais e não controlá-las. A CPT tem razão de ser enquanto houver injustiça social no campo e enquanto não for alcançada a libertação do trabalhador das estruturas desumanizantes do capitalismo. Assim, ela se insere dentro do projeto global de transformação social proposto pela Teologia da Libertação, ocupando um *locus* específico, a luta dos lavradores pela e na terra. Particularmente, consideramos que, para fazer um balanço da atuação da CPT-MA, este segundo nível de análise deve ser adotado. Porém, com restrições, pois a entidade está colocada no centro de dois movimentos políticos (internos à Igreja, mas também presentes na sociedade) de sentidos opostos e essa contradição repercute no sentido de limitar a ação da CPT.

Sendo assim, não assumimos a visão triunfalista que, de certa forma, caracterizou o discurso dos membros da CPT (aliás de toda a Igreja Progressista) durante o período estudado. Esta visão estava assentada na possibilidade de realização de algumas mudanças fundamentais: a transformação da estrutura fundiária através da reforma agrária, a efetiva redemocratização do país e a democratização das estruturas internas da Igreja. Neste ponto da análise, convém ressaltar que esse otimismo não era exclusivo dos militantes da Igreja, mas perpassava a mentalidade de todos os setores democráticos e progressistas do Brasil. Essa "mística" da mudança é de fundamental importância em todo movimento que se proponha a tarefa de construir

uma realidade nova a partir da transformação das estruturas sociais. Contudo, ela pode limitar o alcance desses mesmos movimentos, pois contém a possibilidade de obscurecer uma análise mais realista da conjuntura política, criando obstáculos teóricos e práticos para a atuação da CPT. Além do mais, o que acontece com a CPT e seus agentes quando essa "mística" se defronta com a dura realidade do processo político no campo (cuja secular estrutura latifundiária não foi modificada no fundamental) a médio prazo: desilusão? Apatia? Crise de identidade?

A CPT, cuja auto-imagem no período enfatizava a sua ligação com as bases, também enfrentou dificuldades na manutenção desses laços com as CEB's. Não nos referimos aqui apenas ao aspecto organizacional da questão (a separação da coordenação conjunta CPT/CEB's existente no início), mas sim à existência de fatores limitativos (recursos, pessoal, tempo) que, concretamente, impediram a entidade de criar laços mais sólidos com as comunidades de base. No nosso ponto de vista, esta é a raiz das críticas levantadas em alguns depoimentos de que a CPT estaria passando por um processo de "burocratização", com o progressivo fortalecimento de seu secretariado; estas críticas também destacam o "papel de bombeiro" da CPT, que se especializou em ações nas áreas de conflito mais agudo (procurando "apagar o fogo") e remeteu para segundo plano as ações de caráter mais permanente junto aos trabalhadores rurais.

Apesar destas limitações, a CPT deu uma contribuição positiva para o avanço das lutas populares no campo, especialmente na luta pela terra (a luta de resistência, para permanecer na terra), bem como na construção de organizações autônomas dos trabalhadores rurais. Houve, em algumas áreas, conquistas obtidas pelo movimento organizado dos camponeses, no sentido de garantir a terra contra os ataques de grileiros e latifundiários (contudo, deve-se destacar que esta luta era defensiva, pois visava principalmente preservar os espaços já ocupados pelos camponeses e não ampliá-los). Em termos de organização, o trabalho desenvolvido pela CPT (especialmente a criação das oposições sindicais), embora não trouxesse resultados imediatos, contribuiu para que, na década de 1980, houvesse algumas mudanças no perfil político do movimento sindical rural no Maranhão, com mais sindicatos se empenhando na defesa dos legítimos direitos dos trabalhadores rurais.

SUMMARY

Analysis of the work developed by the Pastoral Land Commission in Maranhão. It discusses the CPT's contribution for the growth of popular movements in rural areas, as well as its' limitation and challenges.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

DEPOIMENTOS

Dom Pascásio Rettler - Bispo de Bacabal.
 Dom Rino Carlesi - Bispo de Balsas.
 Frei Adolfo Temme - Diocese de Bacabal.
 Frei Godofredo Bauerdick - Diocese de Bacabal.
 Irmã Ana Amélia - Diocese de Balsas.
 Irmã Judite Dalercio.
 João Teixeira - lavrador, Santa Luzia do Paruá.
 José Timotio e Francisco Amancio - lavradores, Coroatá.
 Padre Cláudio Bergamaschi - ex-coordenador da CPT-MA.
 Padre Danilo - Diocese de Caxias.
 Padre Eider Furtado - Diocese de Viana.
 Padre Victor Asselin - ex-coordenador da CPT-MA.
 Padre Xavier de Maupeou - ex-coordenador da CPT-MA.

JORNAIS

Cinco de Março, Goiânia, set. 1978.
 Correio Brasiliense, Brasília, 22 maio 1979.
 Diário do Povo, São Luís, ab. 1977 a dez. 1980.
 Folha de São Luís, São Luís, ab. 1977 a dez. 1980.
 Jornal da Bahia, Salvador, 16 set. 1978.
 Jornal de Santa Luzia, Santa Luzia, out./nov. 1979.
 Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 09 e 13 ab. 1978.
 Jornal do Comércio, Recife, 15 maio 1979.
 Jornal do Maranhão, São Luís, 01 maio 1978.
 Jornal do Piauí, Teresina, 17 março 1980.
 Jornal Pequeno, São Luís, ab. 1977 a dez. 1980.
 Jornal Resistência, Belém, dez. 1979.
 O Estado, Teresina, 10 março 1980.
 O Estado de São Paulo, São Paulo, 12 jan. 1978.
 O Estado do Maranhão, São Luís, ab. 1977 a dez. 1980.
 O Imparcial, São Luís, ab. 1977 a dez. 1980.
 O Jornal, São Luís, ab. 1977 a dez. 1980.
 O Liberal, Belém, 09 jul. 1978.

O Povo, Fortaleza, 13 fev. 1979.

O Progresso, Imperatriz, 09 ab. 1978.

The New York Times, New York-USA, 04 mar. 1980.

LIVROS E ARTIGOS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Autonomia e Mobilização Política dos Camponeses no Maranhão**. São Luís, CPT-MA, 1981. 87p. (Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense, 5).

_____. **Conflitos de Terra no Maranhão**. São Luís, CPT-MA, 1981. 57p. (Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense, 6).

_____. **Conflitos e Lutas dos Trabalhadores Rurais no Maranhão**. São Luís, CPT-MA, s.d. 88p.

_____. **GETAT: Segurança Nacional e o Revigoramento do Poder Regional**. São Luís, CPT-MA, 1981. 60p. (Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense, 7).

ANDRADE, Manuel Correia de. **Ensaio sobre a Realidade Maranhense**. São Luís, IPES, 1984. 136p.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Gaúchos no Sertão**. São Luís, CPT-MA, 1981. 40p. (Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense, 2).

_____. **Os Gaúchos descobrem o Brasil**: os pequenos produtores agrícolas do sertão maranhense frente à implantação de projetos agropecuários. São Paulo, USP, 1982. 118p. (mimeo.).

ANDRADE, Maristela & SANTOS, Murilo. **A Peleja do Educador**. São Luís, CPT-MA, 1981. 59p. (Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense, 1).

ARCANGELI, Alberto. **O Mito da Terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia maranhense. São Luís, UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987. 302p.

ASSELIN, Victor. **Grilagem, Corrupção e Violência em terras do Carajás**. Petrópolis, Vozes/CPT, 1982. 164p.

BOFF, Leonardo. **E a Igreja se fez Povo**: Ecclesiogênese, a Igreja que nasce da fé do povo. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1986. 199p.

_____. **Igreja: Carisma e Poder**. 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1982. 249p.

CAVA, Ralph Della. A Igreja e a Abertura, 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. Parte III, cap. 1, pp. 231-273.

CLEMENS, Carolina. **É Bom Lembrar: um pedacinho da História das CEB's no Maranhão**. São Luís, Equipe Provincial das CEB's, s.d. 132p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, Maranhão. **Pastoral da Terra: Política Fundiária e CETER**. São Luís, 1980. 15p. (mimeo.).

- ENGLISH, Barbara Ann. **Nossa Luta é Essa**. São Luís, CPT-MA, 1981. 31p. (Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense, 3).
- ESTERCI, Neide. "Formação do campesinato em Pedreiras (MA)". **REVISTA FIPES**, São Luís, 1 (2): 21-35, jul./dez. 1980.
- FEITOSA, Raimundo M. M. & RIBEIRO, Évila Brito. **O Desenvolvimento Industrial do Maranhão: ensaio sócio-econômico e histórico**. São Luís, UFMA, 1991. 32p. (mimeo.).
- LIMA, Haroldo. **Itinerário de Lutas do Partido Comunista do Brasil (PC do B) de 1922 a 1984**. 3.ed. Salvador, Maria Quitéria, 1985. 52p.
- LUNA, Regina Celi M. R. "Latifúndio: opção de ocupação das terras". **Maria Fumaça**, A situação fundiária do Maranhão, São Luís, (1):4-5, s.d. Caderno de Debates do Grupo de Estudos sobre Carajás/ Conselho Indigenista Missionário (CIMI).
- MOURA, Antônio Carlos et alii. **A Igreja dos Oprimidos**. 3.ed. São Paulo, Brasil Debates, 1981. 231p. (Brasil Hoje, 3).
- NOVAES, Regina Reyes. "Continuidades e Rupturas no Sindicalismo Rural". In: BOITO JR, Armando (org.). **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. pp. 171-96.
- OLTROMARI, Ignes & ENGLISH, Barbara Ann. **Diversos**. São Luís, CPT-MA, 1981. 22p. (Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense, 8).
- PANINI, Carmela. **Reforma Agrária dentro e fora da lei: 500 anos de história inacabada**. São Paulo, Paulinas, 1990. 239p.
- PROVÍNCIA ECLESIAÍSTICA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO. **A Problemática do Homem do Campo (Carta Pastoral)**. São Luís, 1978. 11p. (mimeo.).
- REIS, Flávio A. M. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão (1850/1930)**. Campinas, UNICAMP, 1992. 227p. (mimeo.).
- SANTOS, Murilo. **Bandeiras Verdes**. São Luís, CPT-MA, 1981. 43p. (Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense, 4).
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. 608p.